

**DL-01****Ses. Esp. 30/08/11**

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegriño):- Bom-dia a todos e a todas. Quero pedir desculpas pelo atraso no início da sessão. Na programação tínhamos previsto de manhã cedo, às 8 horas, uma visita da Comissão ao CETAD – Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas. Nossa Comissão tem ido aos estados e procurado absorver o maior número de informações possíveis, por isso acreditamos ser importante que tanto o relator da Comissão, o deputado Givaldo Carimbão, quanto o pastor Eurico, pudessem conhecer a experiência do CETAD, que é uma experiência pioneira no nosso Estado e no País que já tem 26 anos. A ideia agora é fazermos a audiência pública e, à tarde, conheceremos o CAPS AD III de Pirajá.

Primeiramente quero convidar para compor a Mesa o deputado Givaldo Carimbão, coordenador da Comissão Especial de Políticas Públicas e Enfrentamento à Questão das Drogas; o pastor Eurico que também é integrante da nossa Comissão; o deputado Reginaldo Lopes, presidente da Comissão, que deve chegar em breve, pois teve um problema de voo ontem à noite e veio hoje, pela manhã, de Belo Horizonte; a Dr^a. Denise Tourinho, Superintendente Estadual de Políticas para Prevenção e Enfrentamento à Questão das Drogas; o secretário Almiro, que está a caminho; o padre José Carlos, vice-presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes; os deputados Sargento Isidório, Maria del Carmen e Yulo Oiticica; Dr. Iordan Gurgel, coordenador de Saúde Mental da Secretaria da Saúde; e Dr^a. Célia, que é da prefeitura.

A nossa ideia é iniciar a nossa audiência pública. No primeiro momento, assistiremos à apresentação de uma peça teatral cujo tema é: *“Olha a cara de quem usa.”*, que foi encenada pelo abrigo Missão Resgate à Vida.



1613-I

Ses. Esp. 30/08/11

Or. Pastor Paulo Brito

Sessão Especial sobre os campos marginais de petróleo e gás natural, proposta pelo Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegrino):- Concedo a palavra ao pastor Paulo Brito.

O Sr. PASTOR PAULO BRITO:- Bom-dia a todos e a todas. É com muito prazer que estamos aqui. Como o deputado Pelegrino já falou, sou o pastor Paulo Brito e presidente da Missão Resgate à Vida, que trabalha com crianças e adolescentes usuárias de drogas. Nesta manhã os garotos da nossa Casa de Acolhimento apresentarão a peça *“Olha a cara de quem usa.”*. Além da Casa de Acolhimento para crianças e adolescentes, temos também mais dois outros centros para adultos: um em Jauá, Camaçari, e outro em Simões Filho, e agora também temos a nossa unidade que cuida de crianças e adolescentes do sexo feminino.

Neste momento assistiremos o grupo de teatro da Missão Resgate à Vida, Adorart. Muito obrigado.

(Apresentação Teatral) (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1614-I

Ses. Esp. 30/08/11

Or. Pastor Éber Mesquita

Sessão Especial sobre os campos marginais de petróleo e gás natural, proposta pelo Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino):- Agradeço ao pastor Paulo e ao grupo.

Quero convidar o pastor Éber Mesquita para fazer a apresentação do vídeo sobre uma experiência de igrejas evangélicas dentro da “cracolândia”, em São Paulo. A experiência foi trazida da Cristolândia.

O Sr. ÉBER MESQUITA:- Um bom-dia a todos. É um prazer estar com vocês aqui nesta manhã. Quero saudar a todos e louvar a Deus pelo privilégio de estarmos aqui neste fórum de discussão sobre um tema tão urgente que são as drogas em nosso País.

A nossa iniciativa, a partir da Junta de Missões Nacionais, não é única e nós louvamos a Deus pelas igrejas evangélicas, pelo que elas têm feito no Brasil; pelas comunidades terapêuticas e por esta experiência maravilhosa de restauração. Nós acreditamos que Deus forma o homem; o diabo deforma e Jesus transforma.

Com esse propósito, nós chegamos à Cristolândia no Rio de Janeiro. O desafio foi instalar na “cracolândia”, no centro da cidade, uma casa de triagem onde pudéssemos resgatar aquelas pessoas. A partir dali, estamos trabalhando no Brasil em diversos lugares com uma casa de triagem dentro da “cracolândia”; uma casa de acolhimento fora da “cracolândia” e com uma casa de formação.

Vamos mostrar para vocês uma experiência e o resultado do que tem acontecido com a nossa Missão Batista Cristolândia: um Lugar de Esperança, no centro de São Paulo. Muitas pessoas têm sido resgatadas. Só para se ter uma ideia, de fevereiro a maio de 2011, 505 pessoas foram internadas. Nesse mesmo período, nós fizemos o atendimento de mais de sete mil pessoas.

Portanto, gostaria de que vocês atentassem para a experiência; para a vida tão decadente que estas pessoas viveram e como foram resgatadas. Acreditamos nisso e estamos



investindo tudo e multiplicando a Missão Batista Cristolândia em diversos Estados brasileiros.

Gostaria que vocês assistissem a este vídeo.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

O Sr. ÉBER MESQUITA:- Quero finalizar as minhas palavras fazendo um apelo a favor das muitas comunidades terapêuticas de todo o Brasil, que merecem, sim, uma atenção especial das autoridades.

Temos lidado com pessoas que, muitas vezes, a sociedade considera lixo humano. Mas cremos que elas foram feitas por Deus. Afirmamos, a cada dia, que Deus forma, o diabo deforma e Jesus transforma.

Quero agradecer por esta oportunidade e convidar esta comissão, em nome da Junta de Missões Nacionais e de todos os batistas brasileiros, a participar de um encontro na sede da Missão Batista Cristolândia, que fica no centro de São Paulo, na rua Barão de Piracicaba, nº 509, bem dentro da Cracolândia. Precisamos discutir ali esse tema: a legalização da maconha. Vimos que muitas pessoas que chegaram ao fundo do poço começaram com a maconha.

Portanto, agradeço pela oportunidade, e penso que este é um dia histórico para nossa discussão sobre o resgate da vida.

Que Deus abençoe esta coordenação e todos os parceiros que estão aqui, conosco, nesta manhã. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. 30/08/11

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegrino):- Muito obrigado, pastor Éber Mesquita. Quero agradecer-lhe por esta contribuição. Estou conversando, aqui, com o deputado Givaldo Carimbão, que é o nosso relator.

Esta Comissão foi a São Paulo, mais precisamente à Cracolândia, e não tivemos a oportunidade de conhecer a experiência lá. Porém queremos conhecê-la.

Convido a Dr^a Denise Tourinho, nossa superintendente estadual do órgão que foi criado pelo governo Jaques Wagner. Ela fará uma apresentação não só do Plano Operativo das Ações Integradas, que foi já instituído pelo governo do Estado, mas, em linhas gerais, discorrerá sobre uma nova etapa desse plano operativo, que está sendo pensada dentro do Pacto pela Vida.

A comissão tem o deputado Givaldo Carimbão como relator; o presidente é o deputado Reginaldo Lopes; o pastor Eurico, que também está conosco, tem sido um parceiro do deputado Carimbão pelos estados. Esse colegiado está fazendo seminários estaduais, nos quais busca conhecer experiências de prevenção, enfrentamento e reinserção de pessoas, como também de repressão às drogas no Brasil.

Essa comissão tem três missões. Primeiro, analisar as experiências que estão acontecendo no País; tanto no âmbito da recuperação e prevenção quanto no da repressão. O intuito é estudá-las e fazer sugestões complementares. A segunda é dar parecer às iniciativas que estão tramitando no Congresso Nacional, como também às estruturas normativas que já existem em relação a esse tema.

Graças ao trabalho desta comissão, eu e os deputados Reginaldo e Carimbão nos reunimos com o ministro da Saúde até as 10h da noite discutindo as comunidades terapêuticas. Depois nos reunimos com a Anvisa. A partir dessa reunião, a Anvisa fez uma reformulação de uma resolução interna visando permitir maior flexibilização para permitir o enquadramento das comunidades terapêuticas. E a nossa ideia é a de apresentar um conjunto de sugestões não só legislativas, mas também de políticas públicas para esse tema.



Como já anunciei, estivemos de manhã no CETAD, instituição pioneira que há 26 anos lida com esse assunto na Bahia, produzindo políticas públicas nacionais. O Dr. Nery e o Dr. Naomar, que fazem parte do Instituto de Ciências Coletivas, contribuíram muito para a elaboração do plano nacional do governo federal. Posteriormente, virá uma nova etapa. Já até tivemos reuniões com a presidente Dilma.

Pois bem, a proposta é que agora a Dr^a Denise faça uma apresentação do que está sendo discutido no Estado em termos de políticas públicas que, evidentemente, dialoguem com o Plano Operativo Nacional, com as ações integradas de prevenção ao álcool e a outras drogas. E assim a comissão possa ter acesso mais uma vez a essas informações, nos possibilitando incorporar elementos no nosso plano com nas sugestões que faremos em nosso relatório final.

No dia 31 vamos fazer um seminário, quando serão apresentados os frutos de todos os seminários estaduais. Certamente as contribuições que vamos apresentar aqui serão importantes.

Os representantes da comissão, os deputados Givaldo Carimbão e Eurico, ainda não conhecem a experiência do Caps 3 AD. Vamos conhecê-la agora à tarde, em Pirajá.

Paço a palavra à Dr^a Denise, para que ela apresente as ações que estão sendo pensadas para o Pacto pela Vida. (Palmas)



1615-I

Ses. Esp. 30/08/11

Or. Denise Tourinho

Sessão Especial sobre os campos marginais de petróleo e gás natural, proposta pelo Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegrino):- Com a palavra a Dr^a Denise Tourinho.

A Sr^a DENISE TOURINHO:- Bom-dia a todos e a todas aqui presentes. Saúdo os participantes da Mesa começando pelo deputado Nelson Pelegrino, a quem parablenzo pela iniciativa de propor esta audiência; Célia Baqueiro, companheira da Prefeitura de Camaçari; Dr. Iordan Gurgel, representante do secretário Jorge Sola; o eminente deputado federal Givaldo Carimbão, relator da comissão; pastor Eurico; padre José Carlos, vice-presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, e o deputado Pastor Sargento Isidório, da Fundação Dr. Jesus.

Querida, em nome do governo do Estado da Bahia, saudar todos os participantes desta audiência. Ao mesmo tempo, agradeço por esta oportunidade. Informo que o nosso secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Almiro Sena, está para chegar, tendo em vista que ele está em outra missão muito importante também, não só relativa à política de drogas, mas do governo do Estado como um todo, daqui a pouco ele estará chegando.

Eu sou Denise Tourinho, sou superintendente de Prevenção e Acolhimento aos Usuários de Drogas e Apoio Familiar da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do governo do Estado da Bahia.

Eu queria dizer que este evento para nós é extremamente bem-vindo, é muito oportuno. Por que estou dizendo isso? Porque neste momento a superintendência, a Suprad - vou chamar de Suprad, porque esse nome enorme é difícil de ficar repetindo toda hora - neste momento, juntamente com o Conselho Estadual de Entorpecentes, é um conselho que funciona na estrutura da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, enfrenta realmente um desafio imenso.

Essa problemática que foi apresentada aqui agora é a nossa realidade cotidiana, é com isso que lidamos. É realmente o maior desafio da minha vida profissional, e a Secretaria



da Justiça tem consciência da verdadeira dimensão dessa responsabilidade que lhe foi destinada.

Este evento de hoje, eu dizia, é muito oportuno como consulta pública. Nós estamos entendendo esta audiência efetivamente como uma oportunidade de ouvir a comunidade, as diferentes redes, as comunidades terapêuticas, os usuários. Enfim, esta é uma escuta qualificada da qual estamos participando com muita satisfação, principalmente porque neste momento é estratégico para nós estarmos escutando a população numa perspectiva democrática de participação social, porque estamos no âmbito do Conen – Conselho Estadual de Entorpecentes – elaborando a política estadual sobre drogas. E, também, no âmbito da câmara técnica relativa a drogas do programa Pacto pela Vida, nós estamos em fase final para ser lançado em setembro, elaborando o plano de ações integradas no enfrentamento ao abuso de *crack*, álcool e outras drogas.

Então, precisamos criar e participar intensamente destes momentos de consulta à sociedade, para que os nossos instrumentos normativos que estão sendo elaborados e que terão um impacto muito grande nas ações e nos financiamentos públicos do Estado da Bahia na área de drogas tenham, efetivamente, a participação da sociedade. Então, quero adiantar que a Secretaria da Justiça em parceria com o Conen, estará realizando uma consulta pública em breve que se somará a esta aqui, focando, especificamente, a elaboração da política estadual sobre drogas. Isso foi deliberado na última reunião do Conen.

Como estamos tratando da política estadual sobre drogas e estamos tratando do plano do Pacto pela Vida para o enfrentamento dessa problemática, vou me propor a colocar aqui alguns princípios norteadores que estão na base da elaboração dessa política e que, portanto, estarão interferindo diretamente na lógica de financiamento público, na lógica de execução, de fiscalização, de regulamentação das ações daqui para a frente.

A minha expectativa é de que esses princípios sejam debatidos, que as pessoas se pronunciem. São princípios que estão sendo adotados pelos conselheiros no âmbito do Conen consensualmente, há consenso no Conen. Mas é importante que a gente possa ver se há consenso também e que nível de debate vai surgir com relação a esses princípios.



Então, em primeiro lugar, é importante dizer que partimos do princípio para elaborar a política e o plano de que a problemática do uso de drogas é extremamente complexa, ou seja, ela guarda uma relação de determinação que não é simples. Uma pessoa passa ao abuso de drogas não pela ação de um único fator, seja simplesmente porque ela é pobre ou porque ela quer, ou simplesmente por uma razão qualquer. Normalmente uma pessoa caracteriza sua relação com uma substância psicoativa em função de uma determinação muito complexa e múltipla de vários fatores que atuam em conjunto, sejam fatores afetivos, fatores culturais, fatores econômicos, fatores familiares... Um complexo de fatores estão determinando sempre o uso abusivo da substância psicoativa – fatores físicos, no caso da dependência química. Então, todos esses fatores, em consequência, devem ser considerados quando se trata a questão do abuso de substâncias psicoativas. Precisa-se tomar cuidado para que não se reduza essa problemática e a nossa intervenção terapêutica, ou assistencial ou de acolhimento, porque não estamos lidando com uma coisa simples, mas com algo extremamente complexo.

Tomamos também como princípio a ideia de que as intervenções de prevenção e tratamento no âmbito da drogadição devem necessariamente incluir investimentos, proposição e execução de ações intersetoriais que devem estar funcionando sempre de forma sistêmica, integrada, em rede. Dada à complexidade a que me referi no primeiro princípio, esse segundo princípio é uma consequência. Se estamos lidando com algo complexo temos que tratá-lo de forma complexa. Então, é fundamental que toda e qualquer intervenção esteja no âmbito de um sistema integrado de intervenções que vão necessariamente levar em consideração questões educacionais, questões econômicas, sociais, questões relativas às polícias, repressão, o sistema de Justiça, o sistema prisional... Então, todos os setores – a saúde pública – devem estar envolvidos nas políticas e ações que estejam relacionadas com o enfrentamento dessa problemática no âmbito do Estado da Bahia.

Também, para fazer esse enfrentamento complexo, precisamos promover um grau muito elevado de integração entre os entes da federação: a União, os estados e os municípios, assim como todos os poderes da República, como estamos fazendo aqui agora – Executivo,



Judiciário, Legislativo, Ministério Público devem estar unidos efetivamente para fazer frente a esse imenso desafio.

É importante também entendermos que o uso de drogas em si não necessariamente está relacionado com o aumento exponencial que verificamos na mídia o tempo inteiro e na nossa prática cotidiana do narcotráfico. Essa é uma discussão polêmica mas que precisa ser enfrentada. Estamos aqui para debater, para discutir e para ouvir opiniões, inclusive divergente da opinião do Conselho. A perspectiva é que o narcotráfico é um fenômeno do século XX. Ele se instituiu, basicamente, na segunda década do século XX com a criminalização do uso de drogas. Antes disso, era inconcebível pensar – um indivíduo da época de Freud, de Nietzsche, de Platão – que alguém fazer uso de uma substância psicoativa fosse crime, fosse passível de sanção penal. Impossível, inadmissível para aquelas culturas.

Com o advento da criminalização do uso, na época do capitalismo industrial e, principalmente, no último capitalismo industrial temos o aumento exponencial do narcotráfico, no ocidente sobretudo, e, com isso, temos associado ao crescimento exponencial do narcotráfico e outras situações de miséria – miséria social, econômica, afetiva, uma sociedade de consumo desenfreado, uma sociedade que cultua a imagem em detrimento de valores éticos e morais, temos também o aumento exponencial do uso abusivo de substâncias psicoativas. Então, é preciso que tenhamos consciência dessa complexidade para que não deixemos de fora o contexto sócio-histórico-cultural na concepção das nossas intervenções estatais.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegriño):- Permita-me interromper brevemente para anunciar a chegada do presidente da nossa comissão, deputado Reginaldo Lopes, ao tempo que registramos também a presença em Plenário dos deputados Sidelvan Nóbrega e Maria Luiza.

A Sr^a DENISE TOURINHO:- Sejam bem-vindos.

Dando continuidade, resalto o último princípio que gostaria de colocar aqui sob discussão, adotado pelo nosso conselho, qual seja, o de que uma política estadual sobre drogas deve estar fundamentalmente calcada nos pressupostos da reforma psiquiátrica.



Evidentemente, isso não significa que a internação ou o internamento não possa ser utilizado como recurso terapêutico.

Obviamente sabemos que, quando o uso é problemático, indevido, abusivo em caráter habitual de dependência química, muitas vezes a internação deverá ser e será utilizada como recurso terapêutico disponível no sistema e uma etapa do tratamento. Entretanto a lógica deverá ser o tratamento em meio livre, preferencialmente, desde que não haja efetivamente deflagrada a necessidade do internamento.

Ele deve estar focado desde a entrada para a saída. Então não se pode simplesmente internar e deixar de lado essas pessoas para higienizar a cidade, “depositá-las” em algum lugar qualquer e deixá-las lá, livrando a sociedade dos danos que muitos entendem que esses internados possivelmente vão causar.

Essa internação deverá ser contextualizada numa lógica sistêmica na qual as pessoas efetivamente entrem desde o início, desde a porta de entrada, passando por um processo de preparação, tratamento e reinserção social para que, quando retornarem à sociedade, elas encontrem realmente uma possibilidade concreta de não retornar ao uso. (Palmas!)

Portanto, não adianta pegarmos essas pessoas, arrancá-las do meio da rua, tornar o ambiente da cidade muito agradável a todos os outros e fingir que esse problema não existe, porque ele não vai deixar de insistir em bater à nossa porta. Não adianta. Então, vamos ter de enfrentar tal realidade numa perspectiva realmente integrada.

Por fim, só queria dizer que nosso plano, o que será lançado - não vou adiantar nada em relação a ele agora porque o nosso secretário está presente, deu uma saidinha, já volta e provavelmente falará em linhas gerais acerca dele -, parte basicamente desses princípios, dessa lógica de intervenção e trabalha numa perspectiva de garantir que o Estado vai cumprir com suas obrigações, ou seja, fará o seu dever de casa, mas em nenhum momento abrirá mão de trabalhar junto com a sociedade civil. A responsabilidade e a participação dela neste processo são imprescindíveis! Precisamos trabalhar juntamente com vocês, que são a sociedade, pois o Estado sozinho não dará conta de enfrentar esta realidade.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Agradeço a oportunidade de estar aqui colocando esses princípios. E verdadeiramente espero que isso traga debates, discussões polêmicas.

Obrigada. (Palmas!)

(Não foi revisto pela oradora.)



1616-I

Ses. Esp. 30/08/11

Or^a Ana Pitta

Sessão Especial sobre os campos marginais de petróleo e gás natural, proposta pelo Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegrino):- Antes da fala dos membros da comissão, queremos franquear a palavra à sociedade civil representada nesta sessão. Registramos também a presença do deputado Capitão Tadeu, que igualmente tem se preocupado com este tema e vem discutindo-o.

Temos aqui as seguintes inscrições: Ana Pitta, da coordenação da equipe Capitães da Areia, da Secretaria Municipal da Saúde; Tânia Costa, da Sesab, padre Zé Carlos, da Paróquia de São José de Amaralina, e Eduardo Ribeiro, assessor do deputado Valmir Assunção. Então, são cinco minutos para cada.

Com a palavra a Sr^a Ana Pitta.

A Sr^a ANA PITTA:- Bom-dia a todos e todas!

Primeiramente, quero externar o grande prazer de estar participando desta iniciativa aqui neste momento e me identificar com algumas falas, em especial, a comunicação da nossa superintendente da área de drogas, e me situar um pouco neste contexto.

Sou médica psiquiatra. Trabalho com saúde mental há muito tempo e estive na criação do Senad, pois era coordenadora de saúde mental do Ministério da Saúde na ocasião. E junto com Walter Maierovitch pude fazer várias tratativas no sentido inclusive de dotarmos o País de uma lei mais moderna, que foi objeto de um excelente seminário que tivemos na semana passada no Cetad para discutir a sua adequação. Conheci um número grande de pessoas que estão aqui presentes.

Mas quero, de modo muito rápido, dizer que, no momento, coordeno a equipe Capitães de Areia, no Centro Histórico de Salvador. Estou aqui com Rui, meu companheiro de equipe, e vivemos uma situação aguda e intensa onde acho que há lugar para todos.



Estive também visitando a comunidade Dr. Jesus com o deputado Sargento Isidório, que representa uma fase importante de atenção a esses problemas no momento em que o Estado brasileiro não assumia com radicalidade a saúde como direito de todos e um dever de Estado e o cuidado a pessoas em desvantagem com a intensidade, multiprofissionalidade e intersectorialidade que o problema requer.

Então, é com prazer que vi os meninos aqui expressando de modo gestual a questão. E gostaria de fazer uma intervenção no sentido de dizer que, embora a saúde esteja chegando tarde nesse cenário, o Sistema Único de Saúde passa, mais ou menos, nessa última década, a ter uma responsabilidade, a assumir o desafio, como a nossa querida Denise colocou. E, aí, é interessante que, também, não misturemos tudo num vaso só.

Há lugar para que o sistema de saúde organize atenção básica eficaz, como CAPS AD funcionando 24 horas, unidades residências terapêuticas pequenas para 10, 12 até 20 pessoas, leitos psiquiátricos em hospitais gerais ou leitos de desintoxicação em hospitais gerais, enfim, aquilo que é próprio da atenção à saúde sendo robustamente desenvolvida, a fim de que os nossos companheiros, que estão trabalhando em organizações religiosas e sociais possam dispor desses recursos de saúde de um modo responsável, eficaz comprometido. (Palmas)

Mas quero fazer um grande apelo aqui ao deputado Nelson Pelegrino, qual seja, o apelo de que trabalhe muito no sentido de que o Sistema Único de Saúde do Brasil, que, também se organiza neste momento, tenha chances de não fugir da raia nesta área e possa desenvolver suas atividades. Sabemos que os recursos não são inelásticos, mas espera-se que seja um sistema decente, que dê suporte a esse desafio que me parece grande, mas não alguma coisa que o ser humano, com a sua fantástica disposição para enfrentar o problema, não possa enfrentá-lo.

Então, queria apenas garantir que trabalhemos cada qual no seu território.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pelo oradora.)



1617-I

Ses. Esp. 30/08/11

Or^a Tânia Costa

Sessão Especial sobre os campos marginais de petróleo e gás natural, proposta pelo Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegriño):- Obrigado à Dr^a Ana Pitta.

Passo a palavra à Dr^a Tânia Costa.

A Sr^a TÂNIA COSTA:-Bom-dia. Parabenizo esta Casa e esta comissão pela iniciativa. Trata-se de um tema tão importante. Eu sou Tânia Costa Duplat, sou psicóloga, trabalho na Secretaria da Saúde, na área técnica de Saúde Mental.

Quero parabenizar Denise pela Superintendência e também saudar a Mesa na pessoa do Dr. Nelson Pelegriño e os Drs. Iordan e Célia, nossos representantes da saúde mental. Como Denise falou há pouco, também acho muito importante a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade no olhar para essa questão tão palpitante.

Em primeiro lugar, não podemos perder de vista a história. Muitas nações do mundo, em muitas épocas, tiveram situações sérias com o uso abusivo do álcool e de outras drogas. Acho que o *crack* não é, na verdade, uma substância tão temerosa, acho que devemos temer mesmo é a inoperância dos sistemas. Devemos temer mesmo o preconceito e a exclusão, esses são nossos grandes inimigos. O *crack* é só mais uma droga, mais uma condição de saúde pública que vamos dar conta. Acho que devemos investir em nossos dispositivos de saúde, investir em nosso precioso SUS, investir nos dispositivos de saúde mental, na implementação e dinamização da rede e, acima de tudo, comprometer a sociedade civil como um todo, porque esse não é um problema apenas dos legisladores ou do Executivo. É um problema de toda a sociedade. E eu acho que é preciso, inclusive, pensar no acesso à cultura como fator de empoderamento do sujeito - como vimos numa pequena representação aqui de uma amostra cultural - um fator que pode fortalecer os nosso jovens a fim de que eles tenham força para enfrentar as dificuldades.

Mais uma vez, louvo a Casa.

Obrigada.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pela oradora.)



1618-I

Ses. Esp. 30/08/11

Or. Padre José Carlos

Sessão Especial sobre os campos marginais de petróleo e gás natural, proposta pelo Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegrino):- Passo a palavra ao padre José Carlos da Paróquia de Amaralina.

O Sr. PADRE JOSÉ CARLOS:- Bom-dia a todos. Saúdo a Mesa na pessoa do deputado Nelson Pelegrino.

Tenho algumas preocupações, atuo na Paróquia de São José, no Nordeste de Amaralina, ligada a Santa Cruz e ao Vale das Pedrinhas. A maioria que está aqui, conhece bem o histórico dessa região. Mas, não quero isolar a situação crítica das drogas a esse fenômeno, a esse bairro, sabemos que a coisa é muito mais ampla.

A minha preocupação é que quando se trata de drogas há vários fatores interessantes porque lidamos diretamente com jovens. E, ao ouvirmos os jovens que estão fora dessa realidade, vemos que estão preocupados até com a criação de relacionamentos afetivos, contundentes, firmes por causa da influência. E a questão seríssima é que, na maioria das vezes, não sei se a comissão vem alertando para isso, falar das drogas é falar da família. E criamos uns paliativos, a Superintendência tem mecanismos suficientes para trabalhar isso, mas temos um problema muito sério, vemos os sintomas disso, mas se nos esquecermos e não contemplarmos a família, não envolvê-la nisso, vamos trabalhar uma situação sem descobrir a causa, o porquê. Será que o jovem vive hoje uma aventura, um vazio existencial e procura as drogas como meio de superar as dificuldades? Aí vamos até as políticas públicas e descobrimos que é preciso trabalhar com seriedade as políticas públicas para a juventude.

Se não se trabalhar com seriedade as políticas públicas para a juventude, vamos criar – me desculpem a franqueza – comissões, comissões, comissões, comissões... Estamos cheios de comissões, e não partimos para o real. Não vamos resolver as questões emergenciais do mundo.



Lembro-me de uma frase muito interessante dos jovens em Cochabamba, no primeiro Congresso Latino-americano, eles diziam uma coisa interessante: *“Nós não temos a solução do mundo em nossas mãos, mas, diante de tantos problemas no mundo, temos as nossas mãos”*. Quer dizer, os jovens estão abertos a lutar também. Chamem eles para a discussão. Chamem eles para falar. Como vimos aqui numa apresentação cultural cheia de riqueza.

Então vale a pena olhar isso. Mas vemos a educação - nossa! -, as portas de nossas escolas, quem conhece a Escola Carlos Santana I e II, lá no Nordeste, ao lado está da 40ª, mas a gente vê, eles não estão indo pra sala de aula, ficam ali. O que rola ali? Um cigarro, porque começa assim – um cigarrinho ali, um cigarrinho aqui e a coisa vai gerando.

Então, a educação, como a gente vai, também, trazer a Secretaria de Educação para trabalhar nessa questão, educação, lazer, não tem um investimento nos nossos bairros, nas nossas praças para o jovem curtir o lazer. Sabe onde está o lazer da galera, hoje? Naqueles carros de som e todo mundo dançar as músicas que envolvem todos os sentidos, não vou falar da cultura musical na Bahia porque é lastimável, uma parte, não vamos exagerar, dessa questão.

Trago agora essa inquietação sabendo que... Tem solução? Tem. Há pouco tempo eu acompanhei diretamente um jovem que entrou nesse plano, mas a gente acompanhou, fui na família e percebi a aflição da mãe, do pai. A gente conseguiu dar um apoio e ele fez uma experiência em São Francisco do Conde, como casa de recuperação, depois foi pra Fazenda da Esperança e é outra pessoa, o menino voltou, agora, carregado de sonhos, de perspectiva e dizia lá que, parabéns também aos movimentos religiosos que estão aqui – imaginem que ele dizia assim: o padre me disse, padre Zé Carlos, que não é pra o senhor se afastar de mim e nem eu me afastar do senhor. Lógico, a demanda é muito grande, mas a gente pode unir a força. É verdade que uma expressão afetiva religiosa vai dar um novo tom à vida da pessoa, à vida do jovem.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1619-I

Ses. Esp. 30/08/11

Or. Eduardo Ribeiro

Sessão Especial sobre os campos marginais de petróleo e gás natural, proposta pelo Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegrino):- Muito obrigado padre Zé Carlos.

Agora passo a palavra para Eduardo Ribeiro.

O Sr. EDUARDO RIBEIRO:- Bom-dia a todos. Cumprimentar o companheiro de Partido, deputado federal Nelson Pelegrino, e sobretudo as mulheres presentes na Mesa, as companheiras Célia Baqueiro e Denise Tourinho, que temos compartilhado vários espaços no debate que estamos fazendo hoje.

Quero começar dizendo que tenho uma preocupação quando a gente pensa um plano de enfrentamento ao crack, porque, primeiro, nós elegemos a substância e a droga como se fossem o maior problema dessas pessoas. Aí as pessoas que visitam a cracolândia ou assistem na televisão a cracolândia acreditam que o pior problema daquelas pessoas que estão ali é o crack, e não o problema delas não terem moradia ou não terem educação, acesso à saúde.

Então, é importante que a gente pense o que estamos enfrentando quando apresentamos um plano de enfrentamento ao crack. Eu acho que é fundamental pensar nessa perspectiva que a própria Denise acabou de salientar, de que precisamos, de fato, combater e resolver a questão do uso problemático não só do crack, mas do conjunto das drogas, isso é importante.

A Denise quando pegou esse resgate histórico da questão das drogas no mundo, a gente viu que foi a contemporaneidade que inventou a ilegalidade na questão das drogas. Antigamente nós tínhamos problemas também com drogas, problemas de intoxicação, de mal uso, de abuso. Mas o século XX inaugurou um novo problema para a questão das drogas, que é a questão da ilegalidade.

Ao meu ver, e aí o enfrentamento às drogas sempre me vem como um problema justamente pelo sentido que a guerra às drogas teve no mundo desde a sua inauguração no



século XX. A guerra às drogas, em todo o lugar do mundo, virou uma guerra aos pobres e negros. É por isso, hoje, por exemplo, que a população carcerária dos Estados Unidos é 25% da população mundial, 25% da população carcerária do mundo está nos Estados Unidos, o país que mais investe na guerra às drogas.

No Brasil, depois da lei 11343, de 2006, a população carcerária cresceu mais de 118%. Assim nós estamos resolvendo o enfrentamento na questão das drogas? Nós não estamos resolvendo! Nós estamos encarcerando o problema da guerra às drogas, estamos colocando gente dentro de unidades de internação compulsória que não conseguem ajudar esses jovens a sair, porque a internação deve ser debatida por um conjunto de especialistas que entendam, de fato, que aquela pessoa precisa da internação, e não existe internação compulsória coletiva como nós estamos vendo no Rio de Janeiro e São Paulo, porque isso é higienização social.

Então, hoje, quando a gente debate a política de enfrentamento ao uso abusivo de drogas, nós temos que pensar nos fatores de cidadania, de direitos humanos, de respeito às liberdades individuais, de respeito à saúde pública, porque não estamos enfrentando um problema de saúde encarcerando as pessoas. É importante que nós pensemos nisso.

Eu tenho acompanhado alguns dos debates, participei do lançamento do programa Pacto pela Vida, do grupo de trabalho sobre drogas e violência, e hoje nós temos também um pânico moral se alastrando em relação à questão do *crack*, e que nós precisamos refletir sobre isso. Precisamos refletir porque ele está carregando mais estigmas, mais preconceitos, mais violência contra uma população que já é violentada historicamente.

Então, hoje, para a gente dar atenção específica, uma atenção responsável aos usuários de drogas que fazem uso abusivo, porque nós também precisamos pensar que o conjunto maior da população, da maioria das substâncias que são utilizadas, não fazem uso problemático, não precisam de atendimento e não vão procurar nem comunidades terapêuticas, nem SUS, nem Cetad, não vão procurar nenhuma ajuda, porque fazem uso responsável da substância.

Então, é importante que a gente pense, hoje, já que estamos debatendo o enfrentamento ao uso e abuso de drogas, que a nossa população, a juventude negra de



Salvador, por exemplo, ela é violentada cotidianamente. E os programas que vão começar a passar a partir desse momento, agora, têm demonstrado isso, que é um abuso dos direitos daqueles jovens que são expostos nos programas do meio-dia, todos os dias, como criminosos, como pessoas que já estão aptas à violência, apenas por nascerem pobres e negras, apenas por se envolverem com substâncias que são consideradas ilícitas, que passaram a ser consideradas ilícitas de um tempo para cá. Então, é importante que a gente tenha essa atenção, porque aí vai se fazer um atendimento responsável, coerente, cidadão com essas pessoas.

Eu não sou um religioso, mas compreendo, não combato e não desconsidero o trabalho das comunidades religiosas que atendem essas pessoas. Mas eu acho que o Estado deve se responsabilizar pelo investimento e fortalecimento, no serviço público, de atenção aos usuários de drogas.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1620-I

Ses. Esp. 30/08/11

Or. Robson Freitas

Sessão Especial sobre os campos marginais de petróleo e gás natural, proposta pelo Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino):- Obrigado, Eduardo.

Nós estamos com um problema de tempo, porque nós temos que entregar o Plenário até às 13 horas, em função da sessão ordinária da Assembleia, às 14 horas. Além da manifestação das comunidades, nós ainda vamos ouvir a manifestação da Mesa, do nosso relator, do nosso presidente, o deputado Eurico. Então, vamos agora reduzir o tempo das falas para 3 minutos.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Robson Freitas, da União Rastafari.

O Sr. ROBSON FREITAS:- Bom-dia. Muito obrigado por esse evento.

Em primeiro lugar, quero invocar a proteção de Deus, citando a *Bíblia Sagrada*, em Gênesis 1:29. Disse Deus: *“Todas as ervas que dão sementes, fazei uso delas. As árvores que dão frutos servirás como mantimento”*.

Prosseguindo, começamos a falar sobre uma mídia que faz a divulgação da violência, ou seja, a atitude dos programas televisivos, eles têm uma atitude de crime organizado, e usam da nossa Polícia para reprimir a sociedade, algo que deve ser banido.

Então, o uso das substâncias faz parte de interesses econômicos, a partir da proibição. Quando se proíbe, em 1937, com o apoio de Getúlio Vargas, nós temos aí um cenário de interesses de *Henry Ford*, que começa a produzir os seus derivados do petróleo, e para que esses produtos dos derivados do petróleo possam entrar no comércio, aí parte com a criminalidade proibindo o costume e a cultura da nossa sociedade. E aí começa a matança, o extermínio e as prisões da nossa comunidade, de uso de plantas, que a nossa *Bíblia* muito bem diz e que precisa ser bem lida e interpretada, porque na nossa sociedade eu aprendi a ler e a escrever, mas hoje estou aprendendo a interpretar. E é necessário que as pessoas que leem a *Bíblia* aprendam a interpretá-la.



Então, eu, como representante da União *Rastafari*, não vou aqui me colocar como membro, porque o nosso estatuto diz que só pode ser diretor se tiver as mechas. Como eu tirei as minhas mechas, não me apresento aqui como um representante da diretoria, mas como um militante das entidades e exijo aqui, pela segunda vez, que o nosso Estado respeite a nossa cultura, respeite que a gente possa ter o plantio, porque é com o plantio que a gente combate esse crime organizado, porque o crime, ele se nutre quando se proíbe o plantio e o uso de forma ordenada e não de forma exacerbada, como a mídia anda divulgando, “consumam o máximo que puderem”. Precisamos consumir com moderação, com equilíbrio.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1621-I

Ses. Esp. 30/08/11

Or. Rogério Saraiva

Sessão Especial sobre os campos marginais de petróleo e gás natural, proposta pelo Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegrino):- Obrigado a Robson. Vamos ter agora, também, durante 3 minutos, dois depoimentos. Um de Rogério Saraiva, que é atendido pelo Cetad, e outro de Valdomiro Santos, que á também atendido pelo CAPS. Três minutos para Rogério.

O Sr. ROGÉRIO SARAIVA:- Bom-dia a todos, agradeço essa rica oportunidade e quero parabenizar esta comissão, em relação à palestra da Dr^a Denise Tourinho, foi muito boa.

Eu tenho aqui um tema para a gente tentar resolver. Por eu ter passado por muitas instituições evangélicas, pude observar um grande problema dos direitos constitucionais do cidadão, a imposição religiosa dos donos de centros de recuperação, que têm suas convicções religiosas e querem impor doutrinas aos usuários que estão indo buscar tratamento de dependência química. Não estão indo buscar religião.

A gente tem igrejas à disposição, o homem tem livre arbítrio para fazer o que quiser de sua vida, escolher a religião que quiser em sua vida. Então, pude observar isso e tive dificuldade na minha recuperação, em todos os centros que passei, por causa da obrigatoriedade. Você é obrigado a participar do culto, você é obrigado a jejuar. Fere meus direitos constitucionais e quero que seja revisto isso, por favor.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1622-I

Ses. Esp. 30/08/11

Or. Valdomiro Santos

Sessão Especial sobre os campos marginais de petróleo e gás natural, proposta pelo Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegriño):- Vou passar a palavra agora para Valdomiro Santos, também atendido lá pelo nosso CAPS 3.

O Sr. VALDOMIRO SANTOS:- Bom-dia, estou aqui para agradecer à Dr^a Denise Tourinho, que disse que todos os usuários passam a usar drogas também por causa de problemas familiares. Então, todos precisam de um atendimento psicológico, e nesses tratamentos de pastores eles obrigam a jejuar. Às vezes, a gente precisa de algum remédio e eles dizem que temos que jejuar e orar.

Quando a gente procura conversar com os pastores, eles mandam procurar o líder, eles mesmos não procuram tratar do paciente. Na hora que a gente procura eles, eles viram as costas e mandam a gente procurar os líderes. E quem são os líderes? Os líderes são pobres usuários que, em um mês, passam a ser líderes.

Então, somos maltratados. Vocês, que não frequentam o lugar, não sabem o que se passa. No CAPS tem tudo, tem psicólogo. A gente conversa, precisa de um remédio, a gente tem. O CAPS trata a gente super bem. Estou aqui pedindo ao deputado Nelson Pelegriño que ajude o CAPS e dê o maior apoio, porque a gente está precisando.

Eu agradeço e obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1623-I

Ses. Ord. 30/08/11

Or. Iordan Gurgel

Sessão Especial sobre os campos marginais de petróleo e gás natural, proposta pelo Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegriño):- Queria fazer o registro de algumas presenças aqui: Luana Malheiro, pesquisadora do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA; Lindinalva de Souza, do Crera - Centro de Recuperação e Restauração de Almas; Rita de Cássia, da Defensoria Pública; Maria Clara Gomes, monitora do Desafio Jovem Peniel; Tereza Paula Galvão Costa, coordenadora técnica do CAPS III; Clarisse Anny da Silva, do CAPS AD - Centro de Atenção Psicossocial, Álcool e Drogas; Renata Costa, do CAPS AD - Centro de Atenção Psicossocial, Álcool e Drogas; Ricardo Carrillo, coordenador executivo da Defensoria Pública; Geraldo Magela do Nascimento, pastor do grupo Desafio Jovem Peniel Salvador-Dias D'Ávila.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegriño):- Passo a palavra agora ao Dr. Iordan Gurgel, coordenador de Saúde Mental da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. O Dr. Iordan, está aqui representando o secretário Jorge Solla, que tem sido um grande parceiro nesse esforço.

O Sr. IORDAN GURGEL:- Bom-dia a todos.

Saúdo a Mesa na pessoa do deputado Nelson Pelegriño, e saúdo todos os presentes.

Falo como coordenador da área técnica de Saúde Mental da Sesab. Queria fazer eco às falas da colega Denise Tourinho e também da colega Ana Pita em relação a esse momento especial que estamos vivendo, quando os governos federal, estadual e municipal, as casas legislativas, as instituições profissionais e representações diversas da comunidade se unem para enfrentar o problema e construir uma política sobre o álcool e outras drogas em nosso País.

Portanto, é um momento muito importante de mobilização e de interesse das diversas esferas em enfrentar o problema. Enfrentar não quer dizer solucionar, mas quer dizer



decisão política de tomar as medidas cabíveis para tentar dar conta dessa problemática que estamos atravessando, e estamos enfrentando.

Na área da saúde aqui, na Bahia – foi nesse sentido que pedi para falar –, temos um programa para atender às necessidades ligadas a área da saúde. Desde a Conferência Estadual de Saúde Mental no ano passado que oficializamos a participação da saúde levando em consideração a intersetorialidade. Não é possível enfrentar os aspectos relacionados à saúde, especialmente a saúde mental, sem que os diversos setores da sociedade estejam integrados com as diversas secretarias de Estado e com as representações civis também.

Do ponto de vista do nosso programa, dispomos de alguns dispositivos da área da saúde para dar conta das necessidades em relação à saúde mental, mais especificamente, em relação ao tema que estamos tratando: o uso abusivo do álcool e de outras drogas. Esses equipamentos são resultado de uma luta que vem de muitos anos e que se oficializou a partir da Lei nº 10.216, a Lei da Reforma Psiquiátrica, que tomou como pressuposto fundamental o respeito à cidadania, o resgate da condição de sujeito de cada um dos nossos pacientes e, principalmente, o conceito de que a liberdade é terapêutica. A partir dessa lei, uma série de dispositivos foram criados para dar lugar a um novo modelo assistencial que não se centrasse apenas no hospital psiquiátrico.

Então, em relação à atenção para o uso abusivo de álcool e outras drogas, dispomos dos CAPS AD. Aqui, na Bahia, contamos com 18 CAPS, e temos em nosso programa a proposta de implementar, pelo menos, mais nove no interior do Estado da Bahia, sendo seis aqui em Salvador.

Há também outro dispositivo chamado de Unidades Terapêuticas Residenciais Temporárias, e temos a proposta de implementar 28 no Estado da Bahia, 14 somente em Salvador. Trata-se de um tipo de dispositivo que acolhe as pessoas que estão em tratamento nos CAPS AD e que não têm residência e não têm onde ficar, respeitando a condição de cidadania colocando-as numa residência, num local terapêutico de acolhimento.

Temos também a proposta de implementação de leitos de desintoxicação em hospital geral, onde devem ser tratados aqueles que estão intoxicados, estão numa situação aguda e necessitam de uma atenção médica especializada. Em Salvador, dentro do projeto



que está sendo feito para o Centro Histórico, a abertura de uma enfermaria no Hospital das Clínicas para atenção de 30 pessoas para os casos de desintoxicação quando necessário.

Estamos com o projeto de readequação do Hospital Afrânio Peixoto, em Vitória da Conquista, e o Hospital Lopes Rodrigues, em Feira de Santana, para abrigar leitos de clínica geral, leitos de atenção integral em saúde mental e leitos de desintoxicação, além de ambulatorios na área da saúde, não só saúde mental, mas saúde geral. Nesse sentido pensamos em integrar a saúde mental e o tratamento aos usuários abusivos de drogas à saúde no geral e não separá-los da comunidade, e não atendê-los em locais especializados. Entendemos que esse é um problema que deve ser tratado no âmbito da saúde considerando os diversos setores da sociedade, integrado aos diversos setores da sociedade.

Portanto, há uma política de saúde mental na Bahia que acompanha a política do Ministério da Saúde. E nós reconhecemos outras alternativas de tratamento e acolhimento como, por exemplo, as comunidades terapêuticas, como recursos comunitários simbólicos que tentam dar conta do desamparo e da desassistência.

Então essas comunidades, no nosso entender, são mais próprias da área de acolhimento social do que propriamente da área da saúde (palmas), e por isso é que nós distinguimos o que é da área da saúde, o que deve estar integrada ao SUS, da área social na qual acontecem uma série de recursos comunitários, principalmente aqueles de orientação religiosa.

Assim, entendemos que a problemática relacionada ao uso abusivo de drogas é um problema do homem, não é um problema do momento. No momento, vemos essa situação mais aguçada, problemática que é uma das formas que o homem encontra para dar conta da sua incompletude; para dar conta da sua divisão subjetiva; para dar conta do enfrentamento com o real da sua existência. E, portanto, não há uma solução para tanto, há modos de enfrentamento frente aos que abusam e que venham a padecer de algum tipo de transtorno, seja na área da saúde geral, seja na área da saúde mental.

Então, eu queria agradecer por essa oportunidade e dizer que nós da área de saúde mental da Sesab estamos abertos para discussões e parabenizamos a iniciativa da Comissão



por ter feito essa audiência pública, que é o instrumento legal de amparo e de escuta da população, da comunidade, portanto, do controle social.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1624-I

Ses. Esp. 30/08/11

Or. Pastor Eurico

Sessão Especial sobre os campos marginais de petróleo e gás natural, proposta pelo Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegrino):- Obrigado, Iordan.

Queria passar a palavra agora para o deputado Pastor Eurico para que ele pudesse fazer as suas consideração. Posteriormente, passaremos para o nosso coordenador, depois o nosso presidente e concluiremos a nossa audiência.

Registro a presença de Juliana Portela que é da Superintendência de Assistência Social, da Sedes. A Sedes tem sido uma parceira importante na implantação do nosso projeto.

O Sr. PASTOR EURICO:- Deputado Nelson Pelegrino, em nome de quem gostaria de saudar todos os participantes da Mesa; senhoras e senhores, nossos cumprimentos. Sou grato a Deus pela oportunidade de aqui estar.

Estamos andando por todo o nosso Brasil conhecendo o que está sendo feito em cada Estado. E assim, na comissão, elaboraremos um relatório, com o qual buscaremos um consenso. Posteriormente, faremos chegar às mãos da presidente da República.

Estamos aqui mais para ouvir. É importante a participação de todos num momento como este. Inicio parabenizando o Estado da Bahia por nos dar, na Câmara Federal, um companheiro como o deputado Nelson Pelegrino, parlamentar abnegado na lutar pelo povo. Parabéns aos baianos, isso é muito importante. Estamos aqui juntos hoje, temos a honra de ter o presidente da comissão e o deputado relator, Carimbão, que trarão os melhores conhecimentos.

Aproveito para dizer, fazendo coro com todos que aqui se manifestaram, especialmente com o padre, que é importantíssimo pensar na grande realidade da família de hoje. O maior problema é que as famílias estão vivendo, como diz o companheiro Carimbão, em infames ilhas isoladas. Já não se conversa, não há diálogo, e assim a situação se agrava cada vez mais. Até os contatos dentro de casa, do quarto para a sala, são pelo celular. E dentro dessa realidade o mundo das drogas abraça as pessoas.



Fala-se muito do crack e de outras drogas ilícitas, mas o ponto de partida para a maioria das pessoas que conversamos – há 30 anos trabalho com dependentes químicos – sempre é o álcool. Esse é um grande problema que temos de enfrentar. A luta vai ser ferrenha, a guerra é séria, mas temos de combater a propaganda abusiva de bebidas alcoólicas, que são um grande viés nessa iniciação de pessoas no mundo das drogas. Ou seja, drogas lícitas que chamam ao caminho das ilícitas.

Muitas instituições, como, por exemplo, as comunidades terapêuticas, têm realizado um grande trabalho na sociedade brasileira. Existem alguns pontos negativos apontados, mas, se formos olhar os resultados, vamos entender que são maiores os aspectos positivos que o Brasil tem alcançado. (Palmas) Chamo a atenção das senhoras e dos senhores para um detalhe: se não fosse o trabalho dessas comunidades – por favor! – que caos não estaria o nosso Brasil?

O governo está fazendo a parte dele. Hoje, todo o trabalho governamental, principalmente dos Caps, é importantíssimo. Entretanto, como ouvimos de alguns aqui, não podemos separar. Temos de unir, já que esta é uma guerra de todos. Temos de dar as mãos para lutar contra esse grande gigante, essa epidemia que está destruindo vidas e famílias. É hora de repensarmos todos os conceitos, pois essa guerra não tem partido, não tem religião; ela é de todos. Que possamos lutar juntos, que possamos defender juntos a integridade da família. Sei que os senhores presentes só estão aqui porque querem o bem.

Não quero ferir ninguém, mas a desgraça que as drogas têm levado aos lares é algo muito terrível. Mas até parece que estamos andando na contramão quando o nosso Supremo Tribunal Federal abre espaço para algo que, acreditamos, será o caos maior. Ou então quando um ex-presidente da República abre a boca – acho que devido à idade avançada – e mancha aquilo que plantou no Brasil ao abrir espaço para o consumo de drogas. Isso é terrível. Precisamos lutar contra esse gigante. E acredito que não é dessa forma que vamos vencer. Temos de fechar as portas para essa desgraça.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1625-I

Ses. Esp. 30/08/11

Or. Célia Baqueiro

Sessão Especial sobre os campos marginais de petróleo e gás natural, proposta pelo Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegrino):- Estamos caminhando para a conclusão dos trabalhos. Entretanto a Dr^a Célia Baqueiro, que tem um trabalho muito importante, pediu para falar. Depois, passaremos a palavra para o nosso presidente; por fim, para o nosso relator, deputado Givaldo Carimbão.

A Sr^a CÉLIA VAQUEIRO:- Bom-dia a todos!

Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do nosso deputado Nelson Pelegrino, mas também incluir o gênero feminino na nossa superintendente Denise Tourinho, pois é um grande ganho para o nosso Estado hoje ter essa superintendência implantada e fazer algo que entendemos ser fundamental: articular as ações. Até então temos muitas em relação à questão do álcool e das drogas, porém ainda muito desarticuladas, e muitas outras ainda a serem implementadas.

Quando falamos em drogas, acho que existem dois pontos nos quais precisamos pensar. Primeiro, porque estamos, enquanto sociedade, usando tanta droga hoje? O uso de drogas pela humanidade é histórico, mas nunca se usou da forma como se está se usando atualmente.

Precisamos pensar - acho que várias pessoas já falaram sobre isso - que sociedade é essa que temos hoje, que produção de sentido ela vem promovendo, realizando para seus habitantes, cidadãos que precisam tanto buscar esse estímulo, esse sentido que a droga vem trazendo? Então isso é primordial, ou seja, precisamos pensar em macropolíticas, que sociedade, que valores? Outras pessoas também já falaram a respeito do porquê de estarmos usando essas drogas duma maneira, às vezes, tão monstruosa. Acho que é algo que precisamos refletir.

Uma outra questão é o que fazer quando as pessoas estão usando drogas e como esse uso tem transtornado a vida delas. Porque há muitas que as usam dum jeito recreativo.



Todos nós, aliás, somos usuários de drogas. Terminei de tomar ali um cafezinho que foi excelente, inclusive para eu falar com mais clareza. E nós nos reunimos nos finais de semana, tomamos um copo de cerveja para nos desinibirmos um pouco, tendo uma relação mais relaxada depois dum dia de tanta tensão.

Portanto, esta é uma questão em que precisamos pensar: o uso de drogas também tem o seu efeito socializador. É claro que tudo em demasia é... Existem pessoas que optam pela abstinência, mas é uma opção. Isso faz parte da vida democrática de uma sociedade.

Fico muito contente quando vejo uma audiência pública como esta, que tem a possibilidade de agregar várias falas e uma certa representatividade da diversidade da nossa sociedade. Acho isso fundamental para que possamos encarar a droga como ela tem de ser encarada.

Temos um problema hoje: podemos encará-lo duma forma hipócrita ou realmente da maneira como ele precisa ser encarado. Se realmente queremos resolver, precisamos fazer reuniões como estas em que a diversidade tenha falas, e possa ter as suas falas, e todas as falas possíveis. Porque, se houver um cidadão que não esteja representado numa audiência pública, seja qual for a posição dela, acho que não estamos sendo democráticos suficientemente.

Em relação à assistência, já que a droga traz um transtorno à vida do indivíduo, temos vários dispositivos. E aí vou ousar discordar duma fala de que o Estado não tem feito o seu papel. Temos hoje uma rede extremamente precária, a própria rede pública. Mas temos dois sistemas fantásticos, revolucionários: o SUS e o SUAS, que dentro dos seus dispositivos atendem, se eles forem implantados, a demanda dessa população usuária de drogas que tem algum tipo de transtorno.

Sobre o SUS, Iordan já fez uma lista de diversos dispositivos. E no SUAS também temos trabalhado juntamente com a assistência social. Há igualmente uma série de dispositivos que podem dar respostas ao que precisamos. E o que precisamos, na verdade, é implantar essa rede.

Não é possível que uma cidade como Salvador só tenha dois CAPS-ADs. Acho que precisamos conversar com os municípios para saber por que eles não implantam CAPS. Sou



coordenadora do CAPS do município de Camaçari, e temos feito um esforço enorme. Acho que precisamos conversar com os 3 níveis de governo: o municipal, o estadual e o federal.

Há uma questão de financiamento que é fundamental. O CAPS III é fundamental para a reforma psiquiátrica e a atenção ao álcool e a outras drogas, mas os municípios não conseguem bancá-lo só com os recursos que vêm do Ministério da Saúde. Precisamos aumentar essas verbas. E por isso vemos que as comunidades terapêuticas tomaram o cenário de uma forma heroica, pois as comunidades terapêuticas não conseguem dar conta de uma série de questões, elas são extremamente importantes. Entendemos essas comunidades terapêuticas como rede complementar do terceiro setor; temos os dispositivos do SUS, a saúde, temos dispositivos da assistência social e temos as comunidades terapêuticas, como muitas outras iniciativas, como os AAs, os Al-Anons, uma série de outras iniciativas que temos visto e que têm trabalhado em relação à promoção à saúde.

Além de estar na coordenação da saúde mental de Camaçari, também sou do Cetad, sou coordenadora do núcleo de estudos e pesquisa e, pelo Cetad, tenho representação no Conen. O Conen, Conselho Estadual de Entorpecentes - espero que esse nome mude em breve - passou por uma grande reavaliação no ano passado, inclusive com a proposta de modificação da nossa lei.

Temos nos preocupado muito, pois somos sempre demandados para darmos pareceres sobre as comunidades terapêuticas. Temos visitado comunidades terapêuticas que têm conseguido se manter de forma heróica. Entendemos claramente que existe a possibilidade, dentro de um Estado democrático, de que pessoas se reúnam através da fé, veem que o outro está sofrendo e por isso querem contribuir, tenham essa possibilidade. Desde o ano passado, temos nos debruçado em cima de critérios de como credenciar as comunidades terapêuticas para poderem receber algum recurso do Estado. A RDC 101 ainda não nos dava os critérios para podermos fazer isso, por isso trabalhávamos com outros critérios, a RDC 29 ainda deixa essa lacuna.

Precisamos discutir melhor que rede é essa, cada serviço tem o perfil do seu usuário, cada um precisa ter esse entendimento. Se uma comunidade terapêutica atende uma pessoa que precisa de um leito num hospital para desintoxicação, ela vai sofrer, pois não vai



dar conta. Da mesma forma, não é preciso ocupar o leito de um hospital geral com uma pessoa que não precisa.

Precisamos de rede, precisamos de uma grande articulação e de uma grande troca democrática. Fazer trocas democráticas significa ouvir, às vezes, coisas que não são muito interessantes.

Era o que eu queria dizer. Precisamos implantar redes, o SUS, o SUAS, e precisamos discutir melhor sobre como fazer essa inclusão, que entendemos necessária, das comunidades terapêuticas, mas com critérios claros e bem definidos, para que essa possibilidade de terem recursos seja bem efetivada.

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



1626-I

Ses. Esp. 30/08/11

Or. Reginaldo Lopes

Sessão Especial sobre os campos marginais de petróleo e gás natural, proposta pelo Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegrino):- Obrigado, Celinha.

Vou passar a palavra ao nosso presidente, deputado Reginaldo Lopes. Agradeço pela sua presença, pelo esforço grande e pelo compromisso.

O Sr. REGINALDO LOPES:- Bom-dia a todos. É uma alegria poder estar na Bahia.

Quero começar agradecendo ao nosso coordenador daqui do Estado, meu amigo Nelson Pelegrino, que espero seja o próximo prefeito de Salvador. Vou fazer campanha, Nelson, se você aceitar um mineiro, das Minas Gerais, participando ativamente do futuro da cidade.

Quero agradecer por essa intensa participação do nosso deputado; agradecer também pela participação da nossa superintendente Denise Tourinho, que esteve conosco na nossa comissão; pastor Eurico, que tem viajado pelo Brasil e ajudado no nosso trabalho; nosso amigo relator Carimbão, também à frente desse trabalho; e a todos que compõem a Mesa conosco.

Quero agradecer pela participação de militantes, das comunidades terapêuticas, das comunidades católicas, evangélicas, dos movimentos sociais que estão presentes aqui neste debate.

Essa audiência é muito importante; esse tema, evidentemente, é um tema polêmico. É mais fácil não debater, é mais fácil ficar no silêncio e deixar que a questão das drogas fique circunscrita entre quem está envolvido.

Essa foi a postura, por alguns anos, do Estado brasileiro, mas chegou o momento em que o Estado terá de assumir a responsabilidade de fazer esse debate. E ao fazer esse debate, evidente que entraremos em vários conceitos, preconceitos e tabus existentes. Portanto essas audiências são extremamente importantes para ouvirmos as opiniões do nosso



Povo. Essa é a verdadeira democracia, a democracia representativa, porque não tem outro jeito. O Brasil deste tamanho tem de ter uma democracia representativa através de eleições livres e democráticas, mas também não quer dizer que essa democracia representativa substitua a participação direta do povo brasileiro. Temos, assim, a combinação da democracia representativa com a participação direta do nosso povo. Essa é a intenção da Comissão, ou seja, combinar a participação direta na elaboração da nova proposta sobre drogas no País.

Estruturamos o nosso trabalho em cinco eixos. O relator tem a tarefa de dar a resposta para cinco eixos dentro de três dimensões, inclusive quem me ensinou muito sobre as dimensões foi o nosso professor Antônio Nery Filho. Acredito que o professor está corretíssimo quando aborda as dimensões que temos de tratar a questão das drogas. O primeiro eixo é o da prevenção. Vamos ser sinceros, não temos uma política do tamanho do Brasil para discutir prevenção. Nossos educadores não estão preparados para fazer a abordagem correta sobre as drogas, ou faz no extremo do liberou geral, ou faz a no extremo do preconceito total, da psicologia do horror. Geralmente ao extremo! Na verdade, precisamos acertar essa abordagem, precisamos preparar os educadores para mais essa tarefa.

É verdade que a educação e os educadores absorveram uma tarefa enorme, do mundo diferente, do mundo digital, do mundo de tempo real. Evidente que são mal remunerados por este País afora, mas sem a participação dos educadores é difícil fazer uma política de prevenção. Mas também não incorporamos, por exemplo, os 300 mil agentes de saúde da família que é um exército presente todos os dias nas comunidades, mas também não consegue fazer a abordagem precoce. Contudo se fizerem a abordagem precoce, vamos esbarrar no segundo eixo, que é o acolhimento a tratamento.

É uma vergonha o acolhimento a tratamento do Brasil. Nós não temos rede Pellegrino, não está integrado, pelo contrário disputa entre si. Alguém falou, aqui: “Vamos potencializar o que há de bom em cada rede.”. Não, nós fazemos uma disputa! E às vezes o cidadão com dependência química precisa de um tipo encaminhamento, e vai para outro encaminhamento. É um erro achar que só a questão espiritual resolve, mas é um erro achar que a questão espiritual não resolve. Ajuda! (Palmas) É um erro também achar que a questão medicamentosa não é importante. Em certo momento a questão medicamentosa é



extremamente importante! Chega um momento em que o cidadão está tão transtornado que, se ele não passar por um Hospital Geral, se ele não se desintoxicar, ele não conseguirá se tratar. Aí ele vai chegar na comunidade e vai abandoná-la, ou ele vai chegar num CAPS e não conseguirá.

Acredito que o CAPS - com todo respeito - não deve ser a porta de entrada para a dependência química, mas a porta de saída. O CAPS deve servir para acompanhar, deve servir para monitorar, mas a pessoa precisa passar primeiro pelo Hospital Geral, a depender do seu transtorno. Depois ele tem de ir para outro espaço em que ele possa retirar-se do seu mundo, que, geralmente, está contaminado pelo tráfico, dominado pelo tráfico. Assim, se realmente quiser se tratar, ele tem de se afastar desse ambiente, e a comunidade terapêutica é o melhor modelo para fazer esse tratamento. E aí, evidente, acho que depois o CAPS entra para fazer todo o acompanhamento e todo monitoramento.

Acredito que essa questão da dependência química tem de levar em consideração quatro apoios: o medicamentoso, o médico; o psicológico; o social e o espiritual. Todos os centros de estudo no mundo inteiro afirmam que esses quatro apoios são extremamente importantes, Pellegrino. Não é um em detrimento do outro, mas os quatro apoios.

O terceiro eixo é o da reinserção e da requalificação. E aí o Brasil é nota zero. As comunidades terapêuticas – Carimbão gosta de falar que faz um pouquinho, mas não faz – fazem uma terapia ocupacional, mas não tem condição de fazer uma requalificação profissional, porque não são financiadas, não são apoiadas. E aí não adianta, a fissura, a abstinência é um enorme sacrifício do cidadão dependente químico. E se ele não refizer o projeto de vida, se ele não for reinserido, se não for acolhido novamente na sociedade, não vai conseguir viver em abstinência, vai voltar para as drogas. Esta é a realidade. Ou então assumimos as responsabilidades.

O problema é que no fundo da nossa alma todos nós temos um pouquinho de preconceito, queremos resolver alguns problemas do País, queremos tratar o lixo longe das nossas propriedades, longe dos nossos bairros; queremos tratar o jovem em conflito com a lei longe de qualquer estabelecimento de reinserção de medida sócio-educativa; queremos dar uma segunda oportunidade para o regresso do sistema prisional longe do nosso comércio, das



nossas indústrias; queremos dar oportunidade ao dependente químico, mas nunca temos a capacidade de acolher esse cidadão.

Na verdade é isso, ou seja, sem reinserção, sem requalificação profissional, e 90% não concluíram o ensino fundamental, não estão preparados para o mundo moderno do século XXI. Eles precisam ter elevação de escolaridade, precisam ser requalificados profissionalmente na rede de ensino técnico. Sou relator do projeto e queria criar vagas para dependência química nas universidades. Mas mudei o relatório, propondo criar vagas nas escolas técnicas federais.

O presidente Lula e a presidente Dilma pegaram a rede federal de 140 escolas e vão entregar com quase mil escolas no final dos 8 anos do governo da presidente Dilma. Saímos de 100 mil alunos e vamos chegar a 1 milhão e trezentos alunos. Estou propondo, nem pegar as vagas da expansão, mas criar um *delta xis*, elevar para cada turma 10%, mostrando que a droga é uma responsabilidade de todos nós, portanto toda sociedade deve fazer sacrifício e inserirmos um vestibular especial, como tem o Prouni, que é um bom vestibular, e os alunos que entram através dele são melhores do que aqueles que entram pelo ensino tradicional.

Nós falávamos: agora vai rebaixar a qualidade da educação, porque resolvemos colocar os pobres que não estudaram, porque são negros e tem que tomar nossa vaga. Não é verdade, são os melhores alunos. Tenho certeza que esse projeto sofrerá preconceito e alguém vai dizer: agora meu filho vai ser dependente químico? tem que entrar em conflito com a lei? tem que ser egresso ao sistema prisional?. Como é isso? É para resolver ou não? Então, temos que encontrar a forma, encontrar políticas.

O quarto eixo é a nossa repressão. Evidentemente, é um absurdo achar que vai fazer repressão ao usuário. O usuário é o doente e se faz repressão à doença, vamos ter que perseguir o narcotraficante. E aí não tem jeito, tem que ter o rigor da lei. Depois vamos falar do *crack*, que acho diferente, mas no geral temos que melhorar a repressão. O novo pode ser o combate às fronteiras. A comissão foi a Mato Grosso do Sul, assistimos o projeto estratégico do ponto de vista conceitual e o operacional e o primeiro mês foi um sucesso. Os resultados dessa integração das Forças Armadas e dos órgãos da segurança pública vamos



diminuir a oferta de drogas dentro do nosso País, equipar e integrar os órgãos públicos para combatermos.

O quinto eixo é a legislação. Temos uma legislação capaz de dar resposta para todo esse desafio ou não? Nós temos uma mania que, não deu o resultado esperado imediato, muda a lei. Há um tempo, como o Brasil estava em recessão econômica por equívoco do governo anterior, fomos conservadores em achar que a estabilidade econômica era a estabilidade da moeda, muitos já tinham saudade da ditadura. Nós temos mania disso, não deu o resultado vamos mudar a lei.

Acho que a lei 11.343 é boa, o que falta de fato é a gente regulamentar. Criou o Fundo Nacional Antidroga, mas não tem um centavo carimbado. Temos que carimbar. E tem uma proposta que é taxarmos as bebidas, o álcool, as drogas, listas para financiar a prevenção e o tratamento das drogas ilícitas. O cigarro no Brasil, Nélon Pellegrino, é o sexto mais barato do mundo e alguém inventou que era o mais caro. Não é verdade, é R\$ 3,65 e nós podemos aumentar para R\$ 6,00.

O cigarro tem dois tipos de impostos, um que é fixo e outro percentual. A gente teria que colocar o valor fixo, Carimbão, colocar R\$ 1,50 ou R\$ 2,00 em cada maço, só para o Fundo Nacional sobre drogas no País. Acho que isso tem que ser um projeto, aproveitando que a presidente Dilma já andou aumentando o valor fixo só para a política do Brasil maior, para a industrialização das empresas nacionais e criar mais um valor fixo só para a política sobre drogas no Brasil. E aí tem outros, lei de renúncia fiscal. Nós temos de fazer uma lei de renúncia fiscal para ajudar as comunidades terapêuticas; os movimentos que trabalham a prevenção, a cultura e o esporte, como temos o Fundo de Cultura, o Fundo da Infância e Adolescência e o Fundo do Esporte. Devemos ter, também, o Fundo de Prevenção, Recessão, Requalificação e Tratamento da Dependência Química. Isso já está na Lei nº 11.343.

Eu pedi à consultoria para fazer o detalhamento da regulamentação da lei de incentivo, que está na lei atual. Então, essa é a legislação.

Depois, vêm os debates. Vamos descriminalizar ou vamos penalizar. Vamos liberar ou criminalizar? Eu fico com a lei que despenalizou, pois acho que está correta. É dada a conduta, mas ao usuário não criminoso.



Temos de encontrar uma forma para retirar o usuário do ato discricionário do Poder Judiciário. Eu não sei como. Se se criaria uma Justiça terapêutica ou uma Justiça administrativa. Isso não existe em nosso arcabouço jurídico. Mas seria uma forma de não submetermos os lares a esse constrangimento.

O usuário deveria ter contato – como tem em Portugal – com a equipe de saúde pública. Caso se submeta ao tratamento, o ato por ele praticado deveria ser apagado. Não tem sentido ficar fichado – vamos dizer assim – na polícia porque foi usuário de drogas.

Por último, trabalhando em três dimensões: a dimensão antropológica, social; mas quero incluir uma – não sei se o professor Antônio Neri Filho concorda –, a dimensão da ciência, a questão científica.

A questão das drogas – como ouvi alguns falando – não é apenas social. Ao consumir química, ocorre o efeito neurológico, amplia as conexões neurológicas. Ao se ampliar as conexões neurológicas, não é simples deixá-las. Por isso a abstinência, a fissura, é um sacrifício enorme para o cidadão.

Ao estimular novas conexões, o cidadão não consegue superar em relação aos outros. Não é porque ele não tem menos caráter ou menor esforço do que os outros; é porque, realmente, provoca novas conexões e ele tem de fazer uso dessas drogas.

Há, também, a questão humana e a questão das substâncias. As substâncias são, realmente, diferentes, e devem ser tratadas de forma diferenciada.

Talvez, para fazermos um enfrentamento ao *crack*, seja necessário uma lei específica, Givaldo Carimbão, por duas questões. Nós assistimos à apresentação do nosso professor Luiz Carlos Saporì. Por que para o *crack* precisa? Por duas questões: a mercadológica e a farmacológica do *crack*.

O *crack*, a heroína e a anfetamina são as três drogas mais poderosas e com efeito destruidor. O *crack* é uma droga diferenciada e o seu mercado é o escambo. Vale tudo: a chuteira, o tênis, o relógio e o celular. Então, é por isso que há milhares e milhares de assaltos. O cara vende a casa toda, a porta, o taco, o vidro. E quando vende tudo, ele vai para a casa vizinha, e a mãe começa a se preocupar, pois ele poderá ser assassinado num assalto ou vai matar.



O mercado é de escambo. Ele não recebe para vender. Ele recebe o que irá consumir. O usuário recebe 50 pedras para consumir 10 e vender 40. Ele consome 40, vende 10 e fica devedor. Como é um mercado de muitas bocas, ele passa a mudar de boca e depois há um acerto de contas. Por isso, quando o *crack* entra numa comunidade, depois de uns anos há uma explosão de homicídios. Isso é em qualquer lugar. Nos Estados Unidos foram dez anos de aumento de violência e foi necessário ter uma lei específica.

Do ponto de vista farmacológico, causa uma dependência, uma compulsão abusiva para uso. E já fui ao CAPS e está aqui Aidê, que pode dizer se o CAPS consegue tratar dependentes de *crack*. Eu tenho quase certeza de que não consegue, caso não haja um afastamento e uma internação por mais tempo. Acho difícil, se tiver é um transtorno grande.

Para o *crack*, do ponto de vista farmacológico, nós deveríamos pensar em uma nova legislação com mais rigor e discrepância de pena para traficante de *crack* para a realização do tratamento.

Com relação ao *crack*, Givaldo Carimbão, sou contra a internação compulsória *a priori*. Para o *crack*, depende do grau de transtorno. Se criarmos um protocolo para internação responsável, multidisciplinar, com todos os profissionais que assinam aquela internação, ela não deve ser compulsória, mas provisória, com data para começar e para terminar, e que tenha toda estrutura, não para fazer higienização, não para fazer depósito. Porque é difícil um cidadão, sob o efeito do *crack*, ter consciência de que precisa tratar-se. O Estado decidirá se vai abandonar de vez ou se quererá estender a mão para esse consumidor.

É evidente que aqueles que são consumidores recreativos, isso não é problema. Aquele que consome qualquer tipo de droga e não tem problema, consegue dominar-se, ninguém está discutindo aqui. Estamos discutindo sobre aqueles que precisam da política pública e da política de proteção do Estado. Essa é a questão. Senão estamos misturando as coisas. É nesse sentido. Acho que essa é a intenção.

A comissão está percorrendo o Brasil. Falei com Nelson Pelegrino que a Bahia é diferente mesmo, porque aqui foi o lugar em que mais aprendi, do ponto de vista da dimensão antropológico/social.



Respeito a opinião de todos aqui. Acho que as intervenções estão corretas, e tenho outras opiniões também, que deverão ser respeitadas. Há lugares em que essa dimensão não é considerada e se usa uma outra dimensão. Eu fico pelo equilíbrio. Acho que a política sobre drogas não deve ser de extremos. A política sobre as drogas deve ser de centro.

Fui dizer isso em São Paulo e todo mundo começou a rir, porque o PSDB estava à Mesa: o secretário de Estado, o secretário da Justiça. Quando falei que eu ficaria no centro, o povo ficou feliz, mas eu me referia ao centro da política sobre as drogas, não no centro da política nacional. O pior é que depois todo mundo bateu em Fernando Henrique e eu ainda tive que defendê-lo, dizendo que concordava com 95% do que ele diz, quebrando o tabu do documentário de Fernando Henrique Cardoso.

Acho que o Brasil não está preparado para fazer uma liberação, porque o Estado brasileiro não fez o dever de casa. E Fernando Henrique, quando presidente, fez menos ainda: não criou políticas de prevenção, políticas de acolhimento e tratamento, políticas de reinserção e requalificação.

Portanto, é muito temerário avançar a legislação sobre o assunto só para dar direitos, liberdade total de ir e vir. Sabe por que não é só uma decisão de foro íntimo? Porque, sendo proibido, o mercado é violento, e sendo violento, e acertando-se as contas, quem usa também financia o tráfico.

Lamentavelmente, é isso o que tenho a dizer.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1627-I

Ses. Esp. 30/08/11

Or. Givaldo Carimbão

Sessão Especial sobre os campos marginais de petróleo e gás natural, proposta pelo Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegrino):- Muito obrigado, deputado.

Nosso presidente, como sempre, demonstra que nossa indicação para a presidência foi acertada. O deputado, como sempre, deu contribuições importantes.

Passo a palavra ao nosso relator, deputado Givaldo Carimbão.

O Sr. GIVALDO CARIMBÃO:- Primeiro, saúdo este querido e bravo companheiro de militância, deputado Nelson Pelegrino. Tenho sete mandatos parlamentares, quatro como deputado federal. Tive a honra de chegar à Câmara Federal, ao Congresso Nacional, e encontrar esse rapaz, esse jovem sonhador, lutador. Sou do PSB, ele, do PT. Sentamos quase juntos. São 513 deputados, e fazer amizade ali é muito difícil, não é fácil. Nelson, digo com todo prazer que tenho a honra e a felicidade de ser seu amigo. Que Deus te abençoe. O povo soube escolher você muito bem como deputado federal.

Deputado Reginaldo Lopes é outro bravo companheiro que tem militância em Minas Gerais, como deputado, e foi escolhido presidente desta Comissão da qual tive a honra de ser escolhido como relator por esse grupo. Que Deus te abençoe, Reginaldo.

Deputado Pastor Eurico é outro deputado federal de Pernambuco, trabalha na militância contra a dependência química é um companheiro que também tem dedicado sua vida a essa missão.

São companheiros que têm acompanhado esta missão nacional.

Srs. Membros da Mesa, meus senhores, minhas senhoras, imprensa presente, gostaria – companheiros Reginaldo e Nelson Pelegrino, acho que vale a pena – de contar um pouco dessa história para que se possa entendê-la.

A Câmara Federal tem 20 comissões permanentes para discutir os temas do Brasil. O meio ambiente é discutido na Comissão de Meio Ambiente; a defesa do consumidor, na Comissão de Defesa do Consumidor; a segurança pública, na Comissão de Segurança



Pública. São 20 comissões temáticas, e os projetos que os deputados e senadores apresentam caem nas comissões temáticas. Nas 20 comissões há projetos que passam 5, 8, 10, 20 anos e não são aprovados na Câmara Federal ou no Senado.

Existe uma prerrogativa da Mesa chamada Comissão Especial. A Comissão Especial tem poderes sobre todas as comissões, ela fala por todos.

Marcos Maia, quando candidato a presidente da Câmara, assumiu o compromisso de criar uma comissão especial. A presidente Dilma, quando candidata a presidente da República, também assumiu publicamente que trabalharia a questão da dependência química. E assim foi criada a Comissão Especial de Política sobre Drogas.

Esta comissão é composta de vários deputados. Dos 503 deputados na Câmara Federal, 51 deputados fazem parte dela, Ou seja, quase 10% dos parlamentares a integram. Essa comissão foi instalada, e ela tem a prerrogativa de avocar, de trazer todos os projetos que tramitam na Câmara que digam respeito ao assunto droga. Desse modo, em vez de se votar um por um, podemos fazer uma votação completa, trazendo todos. Assim não teremos uma colcha de retalhos; sai um inteiro desse processo.

A Comissão Especial tem, exatamente, essa dimensão. Pois bem, esta comissão foi instalada na Câmara há 5 meses, quando Reginaldo, nosso companheiro de Minas Gerais, teve a honra de ser escolhido o presidente, e eu de ser o relator. Está em minhas mãos a responsabilidade. Mas, claro, divido com os demais companheiros, até porque será construído por todos.

Na sequência dos trabalhos, essa comissão publicou o livro *Política Pública sobre Droga no Brasil* e aprovou que teríamos 27 audiências públicas no Brasil. Ou seja, definiu que cada estado faria um encontro, nos quais definiríamos cinco eixos, cinco temas, que Reginaldo colocou muito claramente: prevenção, recuperação, reinserção social, repressão e legislação.

Não adianta trabalhar somente a recuperação se não se fizer a prevenção. É enxugar gelo. Não adianta fazer recuperação se não trabalhar a repressão. Enfim, é um conjunto de ações, de políticas. Vejam, partes fazem o todo. E aí definimos trabalhar os cinco eixos. Por causa dessa dimensão, a comissão está peregrinando pelo Brasil.



Segunda-feira passada estávamos no Ceará; quinta-feira, em Goiana; sexta-feira, em Sergipe; ontem, em Santa Catarina. Hoje estamos aqui. Este é o 17º estado em 45 dias que esta comissão está visitando. É uma maratona, pois também estamos indo a 15 países estudar esse tema. Em setembro, visitaremos Paraguai, Bolívia, Colômbia e Peru, porque a produção de drogas está exatamente nesses países. Enfim, estamos entendendo nacionalmente o que significa esse processo. Nessa dimensão, quero perguntar: como a Bahia pode nos ajudar numa proposta de prevenção?

Ao final deste encontro, Nelson Pelegriño fará um relatório do Estado da Bahia. Publicaremos um livro nacional com os 27 estados, cada um lançando a sua proposta em relação a esses temas. Ao final, a relatoria terá o sentimento do Brasil inteiro. E a Bahia, sem dúvida, não ficará fora, pois produzirá uma proposta para ser estudada pela comissão, que acatará aquilo que for possível e necessário.

E quero dizer o seguinte: Nelson, 17 estados em 45 dias. Muito pouco o que tenho visto de prevenção no Brasil. O Proerb é um projeto fantástico da Polícia Militar, mas não atende a 5% daqueles que têm de ser atendidos. Esse programa, em minha avaliação, tem de ser altamente ampliado para fazer a prevenção das drogas. Temos de ter clareza de várias ações para fazermos a prevenção de drogas, porque a educação, em minha avaliação como relator, faz parte desse processo.

As últimas pesquisas científicas mostram que um jovem que comece a beber antes dos 18 anos tem cinco vezes mais chances de se tornar um dependente químico do que alguém que comece a beber a partir dessa idade.

A média nacional de 15 anos atrás era de o jovem começar a beber aos 16 anos. Hoje, é de 12 anos. Quero dizer que a juventude antecipou em 6 anos o uso da bebida. Isso significa que está vulnerável cinco vezes mais ao uso de drogas do que uma pessoa que só começa após os 18 anos.

Onde está o público que se encontra hoje nas dependências químicas? Na juventude dos 22, 24, no máximo 30 anos. Quem trabalha com dependência química sabe muito bem o que estou dizendo. Eu pergunto: o que o Brasil está fazendo para prevenir? Vai ser um enxame dum jeito que não terá mais jeito!



Parece-me, pastor Eurico, e tenho suas convicções... Quem fuma aqui, por favor, levante a mão. São três pessoas. Se eu perguntasse isso há 10 anos, talvez 50% levantassem a mão. Quem já fumou aqui antes e deixou de fumar? Levante a mão, por favor. Será que a propaganda com que nós, deputados, acabamos no Congresso Nacional não contribuiu para isso?

Ou seja, nós temos de também enfrentar e acabar com propaganda de bebida no Brasil. Não é possível que a juventude continue assim. A cada dia é jogador de futebol, é cada mulher linda, “popozuda”! E está lá: a bebida com o jogo! Sim ou não? Está provado que a quinta droga que o cidadão usa é o *crack*. Na seguinte ordem, é assim: bebida, loló, cigarro, maconha, cocaína e *crack*. Essa é a lógica. Tenho de parar no primeiro? Lógico!

E aí quero deixar esta ideia para que os senhores pensem na prevenção. Teremos aqui muitas ideias. Mas quero que estudem um pouco e digam ao Nelson Pelegrino, como relator e coordenador, o que nós podemos fazer sobre prevenção no Brasil.

Acho, por exemplo, que a lei é clara há mais de 20 anos. Eu tenho 53 anos e sempre ouvi falar nisso. Não se pode vender bebida a menor de 18 anos. Lembro que havia as placas nos bares. Eram lotados delas. Acabaram. E parece que não existe nem mais essa lei. Pai e mãe não estão mais nem aí. Ao contrário! Chegue a um bar. Juiz tomou todas, defensor público, deputados, quem quer que seja! Está todo mundo lá, e fica por isso mesmo.

Nós temos de tomar providências porque está se acabando esta juventude por frouxura de legislação. E há muito mais para fazê-la funcionar. Nessa dimensão, imagino que temos de rever as famílias: ou nós vamos responsabilizá-las ou então não é só a juventude que pagará por isso, não! Pai e mãe têm todo o direito de fazer uma criança, mas eles têm também todo o dever de tomar conta. Estão deixando as crianças à toa como batatas no meio da rua! Tenho 53 anos e peço a bênção ao meu pai e à minha mãe. Hoje se diz assim: “Qual é a tua, cara?!” Isso quando fazem alguma coisa!

Quero deixar aqui este tom para que vocês possam me ajudar na prevenção, por favor. Na recuperação. Acho que já foi colocado claramente que todo ser humano é carne e espírito. Nós somos carne no patológico e espírito do Santo - o Espírito Santo é que é o



consolador. Deus é o Criador, pois ele criou o céu e a terra. Jesus é o Salvador e o Espírito Santo, o consolador.

Existe, em cada um de nós, um ser carne e um ser espírito. Deus deu aos médicos, psicólogos e psiquiatras o dom para tratar patologias. Mas deu também um dom a missionários que têm vocação para acolher pessoas. Não consigo enxergar. Há missionários e mercenários. Sinceramente, acho que temos de ter muita coragem para tomar providências.

O Brasil criou os CAPS-ADs. À época, era maconha. Ontem completou 10 anos do sistema antimanicomial. Parabéns, companheiro e deputado Paulo Teixeira! Eu já era deputado naquela época. Sou contra colocar pessoas num hospital chamado de hospital de doidos, naquelas coisas que eram horríveis e desastrosas para o Brasil. Agora, em nome disso não se pode querer atrapalhar o combate ao que atualmente já é uma epidemia, pois temos de ter a capacidade de juntar a carne e o espírito para trabalharmos juntos nesta dimensão.

Os CAPS-ADs cumprem um papel neste País. Mas, por favor, Nelson Pelegriño, as pesquisas mostram que o Brasil tem hoje em torno de 2 milhões de brasileiros no *crack*. Vejam o número: é de 0,7% a 1%. Se aqui há 200 milhões de habitantes, temos 1,5 milhão deles no *crack*. Nós temos 268 CAPS-ADs, 300. Um CAPS AD atende a 200, 150 pessoas. Se for botar 200 x 300, dá 60.000 pessoas. E onde estão as outras, cerca de 1 milhão e 900 mil?! Jogadas na rua!

Os pastores e os irmãos estão fazendo um papel missionário e sem condição nenhuma. Aí, diz assim: essa instituição também... Quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha? Eu não dou condição a você porque você é pequeno, não presta. E você não presta, porque o governo não lhe deu condição para fazer. É muito fácil querer cobrar, mas dê a condição, meu filho. Acho que é importante a parte patológica.

Hoje fui a um centro da universidade, tenho conhecido vários CAPS-AD, conheci várias coisas muito boas no Brasil. Acho que a psiquiatria e a psicologia têm dado uma contribuição ao Brasil nessa dimensão, mas não atendem a 5% dos dois milhões de brasileiros que estão por aí.

Temos que dividir responsabilidades, trabalhar em conjunto, um vai tratar a patologia e o outro, o espírito. Comunidade terapêutica, o nosso querido diretor foi muito



claro, não é equipamento de saúde, nós somos equipamento de apoio à saúde. Eu trabalho na dimensão do carinho, do amor, do afeto na relação humana, do perdão. Quando o ser humano está nessa dimensão na comunidade terapêutica, ele está, naturalmente, produzindo endorfina, é alguma coisa que me dá anticorpos do mal.

Parece-me que está claro, a comissão está muito consciente. Nós temos que fortalecer a rede pública, os CAPS, é importante fortalecer os CAPS-AD, agora não podemos fechar os olhos, vender, e dizer que o governo até hoje... É um absurdo, um crime, financiar recuperação de 2.500 dependentes no Brasil. Foi aberto edital. Se tenho dois milhões de brasileiros, como é que o Ministério da Saúde vem para cá financiar dois mil; só mil foram atendidos e seiscentos serão atendidos no Brasil inteiro.

Alagoas está pagando para mil; em Minas o Estado paga para mil; e o Brasil? Está aqui um irmão com 500, 600, 700 pessoas, é um absurdo. Absurdo é estar no meio da rua morrendo, e ninguém bota a mão para resolver nada (Palmas). É absurdo. Dê condição, faça um protocolo de intenção, para que possa fazer a junção entre as duas partes.

Na recuperação, parece que está muito claro, rede pública e terceiro setor, juntos, darão a contribuição ao Brasil.

A terceira questão é a reinserção social. Eu pergunto aos senhores, aí, companheiro Reginaldo, acho que o Brasil tem 0,0 em reinserção social. O dependente químico, está lá, passa seis meses, nove meses, um ano, quando termina vai para onde, pelo amor de Deus? Vai voltar para o mesmo lugar, para o habitat dele, não tem condição. Acho que temos que enfrentar essa questão.

Os deficientes físicos no Brasil avançaram, 2% dos empregos gerados em empresas que tenham mais de cem empregados têm que ser para deficientes físicos. Acho que temos que dizer que 1% também tem que ser para os ex-dependentes químicos recuperados, mas numa casa que tenha o ISO 9000, que tenha a qualidade para dizer: nós recuperamos, mas temos o selo aqui de qualidade, alguém tem que tomar conta disso. Não pode ser qualquer coisa também, não, nem tanto, nem tão pouco. As comunidades terapêuticas para mim têm que ser avaliadas, como os CAPS também, para poder depois dar condição. Nessa dimensão, acho que iremos trabalhar na reinserção social.



Para terminar, peço aqui dois minutos ao presidente, a paciência, eu quero ir a outro campo, que bicho eu vou tratar? Vou trabalhar com gato, eu tenho que ter um tamanho de arma; vou trabalhar com um leão é outra arma; vou trabalhar com um dinossauro é outra arma, ou com um ET. O Brasil é o pior país do planeta quando se trata de drogas. Por que se afirma isso, deputado Carimbão?

A 50 metros do Brasil existem quatro países, dos quais três são os maiores produtores de cocaína do mundo. Noventa e quatro por cento das drogas do planeta são produzidas na Bolívia, Peru e Colômbia. No Brasil, os Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Acre têm ao lado três países produtores de cocaína. E a maior produção de maconha do mundo está em primeiro lugar no Marrocos, em segundo, no Paraguai; só que em Marrocos e no Brasil qualquer pé de maconha não chega a um metro e meio; o pé de maconha do Paraguai chega a três metros. É a melhor mancha do planeta. A melhor cocaína e maconha do mundo estão no Paraguai, Colômbia, Peru e Bolívia, exatamente em quatro países.

Deputado, qual o tamanho da produção desse bicho aqui? Atenção, senhoras e senhores, a informação é importante para entender como vamos enfrentar isso com políticas públicas. Esses três países – Colômbia, Peru e Bolívia –, 150 mil hectares de produção de cocaína: Colômbia com 60 mil; Peru com 60 mil e Bolívia com 30 mil hectares, ou seja, se for para tarefas, são 500 mil tarefas produzindo cocaína ao lado do Brasil. Deputado, e quantos quilos de cocaína produz um hectare de terra lá? Hoje, a produção lá está de 6 kg/ha. Se eu tenho 150 mil hectares, eu tenho 900 mil quilos de cocaína sendo produzidos naquela região vizinha ao Brasil – um milhão de quilos. A pergunta agora é: como é que se faz a tal da pasta? Ah, para cada tonelada de cocaína, eu tenho que ter 10 toneladas de solvente. Se eu quero fazer “açúcar cristal”, ou seja, a coca boa, preciso de éter e acetona. Se tenho um milhão, tem que ser 10 milhões de litros! E quem produz é o Brasil. Vamos ter que, na Comissão, trabalhar essa questão de como fechar essa “porteira”. Porque lá se produz a cocaína, mas para produzir a pasta de cocaína tem que ter esses componentes. Mas se quiser “açúcar mascavo”, a cocaína ruim? Aí, agregam-se querosene, gasolina, formol, solução de bateria, formando a pasta ruim.



Aí vem o *crack*. No *crack* se produz de cada hectare 6 quilos, agrega-se aí a questão dos solventes, e o *crack* vem agora com cal e cimento! Cada quilo de pasta básica de cocaína é transformada em 5 quilos de *crack*, ou seja, três milhões de quilos de *crack* se for transformada a cocaína em *crack*. Quanto é um quilo de cocaína lá? R\$ 1.500,00. Quanto é um quilo de cocaína no Brasil? R\$ 5 mil. No exterior? R\$ 30 mil. O “cabra” pega aqui...Oh, que coisa boa. Eu pego um quilo de cocaína a mil e 500 “contos”, boto aqui mais querosene, gasolina, formol e solução de bateria, boto gesso e boto cimento e vendo por R\$ 15 mil. De R\$ 1.500,00 para R\$ 15 mil. É o melhor negócio do Planeta e do mundo!

Temos que acabar com isso! Tem que haver um tratado internacional para tentarmos fechar aquela fronteira. São 17 mil quilômetros – 16.884 quilômetros de fronteira. Nós, como deputados, temos capacidade de fazer uma intervenção internacional, porque o mundo está sofrendo, e no Brasil é pior, porque a produção da cocaína é toda passada por aqui. Para trás são as geleiras que existem no mundo. Para frente, é todo o Brasil que leva a droga. E nós pagamos um preço terrível por isso aqui. Os Estados Unidos consomem 30%, como foi muito bem colocado aqui, das drogas. Atenção: lá tem 3 mil quilômetros, só tem Canadá e México, e não conseguiram resolver, imaginem! Ou seja, o mundo dá as mãos para tentar essa dimensão ou estamos fadados ao fracasso.

Acho que é importante fazer a repressão nos Estados – a Polícia, a Justiça –, importantíssimo. Agora, estão pegando peixe pequeno, piaba. E os jornais noticiam todo dia que foi preso traficante, traficante, traficante... cinquenta pedras, 100 pedras, 200 pedras... Coitados! Uma pedra é um grama! Tem que prender os grandes lá em cima. Aí Reginaldo tem muita razão: a legislação tem que ser muito dura com esse pessoal.

Temos que encontrar caminhos tecnológicos. A Polícia Federal tem mil pessoas para 17 mil quilômetros! Daqui da Bahia para Aracaju tem 300 quilômetros – 10 vezes são três mil; 50 vezes, daqui para Aracaju, são 15 mil, ou seja, a fronteira do Brasil é simplesmente sessenta vezes daqui para Aracaju. Será que só com homem resolve? Ou nós temos dinheiro para fazer investimento para fechar a “porteira” ou então, meu filho, vai “enxugar gelo” a vida todinha. Aqui dentro estamos trabalhando na repressão, é importante? É. Mas também é importante fazer um trabalho lá na fronteira.



A Comissão Especial... estamos rodando o Brasil – são dezessete Estados –, e eu queria que vocês, ao final disso, dessem uma contribuição, por favor, digam o que é que se tem que fazer sobre prevenção, sobre recuperação, sobre reinserção social, sobre a questão da repressão, e vem a legislação. Estou convencido, deputados, companheiros.

O que há de carro apreendido e só pode liberar depois de transitado e julgado! São oito, dez, quinze anos. Os carros se acabam na chuva e no sol. Depois de cinco, não há mais jeito, pois o motor cola. Estou decidido a fazer o seguinte: é sumário, apreenderam-se os carros? Coloque, no outro dia, à disposição de comunidades terapêuticas, polícias, etc, etc, etc (palmas), CAPS, enfim, de quem trabalha com dependência química! Não dá para ficar numa dimensão dessa. O que tem de fazenda por aí! Apreende a fazenda, mas ninguém pode usar. Aí, ficam os calangos lá, os ratos comendo, acabou-se e fica por isso mesmo! E podendo colocar as comunidades para trabalhar nessa dimensão!

Acho que temos de fazer um trabalho neste País que possa dar resultados. Estou sonhando, estou muito acreditando. São 17 estados em 40 dias. Está aqui o deputado Pastor Eurico indo sempre comigo. O deputado Reginaldo tem ido quase em todas com a gente; o Nelson Pelegrino, também.

Enfim, quero terminar dizendo o seguinte: tenho sentido pelo Brasil afora uma tensão muito grande. São 17 estados, o setor da saúde mental, principalmente, com as comunidades terapêuticas. Acho que temos de trabalhar muito essa união. Entendo que não dá para dar trégua ao dependente químico, ao traficante. São irmãos sofrendo nesta hora por aí. São pessoas, neste momento, como pais e mães dizendo: “Não sei se é melhor meu filho na cadeia ou no cemitério.” Eles não dizem mais em casa não: “Coitados!” E não podemos ficar brigando, puxando cada um para o lado.

Acho que é hora de dar as mãos e de se entender. Estou convencido de que nós acabamos a Resolução nº 101 da Anvisa. Esta comissão fez um papel fundamental. Hoje é a Resolução 29. Agora, resolução não resolve! Estamos agora comunidade terapêutica: é filho sem pai. Nem somos da saúde, nem da ação social, nem da Justiça. Está-se faltando um pai. Quem quer, pelo amor de Deus, ser meu pai?!



Estou convencido que não deve ser na saúde. Estou convencido, como disse ali o diretor de saúde mental. Acho também que não vai ser na ação social. Acho que vai ser na Justiça, mesmo. Vejo dizer assim: morreu, morreu, morreu e não foi de saúde, não, foi porque o traficante matou ou porque para usar ele teve de roubar etc, etc.

O fundo nacional sobre drogas está vindo todo para a Justiça: é Porto Alegre, é aqui, é Alagoas, em vários estados do Brasil. O fundo sobre drogas não está mais na saúde, porque nós, comunidades terapêuticas, vocês, não são comunidades de saúde, são de apoio aos seres humanos transversalmente.

Que Deus abençoe cada um de vocês. Parabéns, Nelson Pelegrino. Parabéns, equipe da Bahia. Estou muito feliz! (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino):- Obrigado, Deputado Givaldo Carimbão. Mais uma vez, V.Ex^a demonstra sua competência através de sua fala lúcida. Tenho certeza de que seu relatório dará grandes contribuições para o País.

(Não foi revisto pelo orador.)



1628-I

Ses. Esp. 30/08/11

Or. Pastor Sargento Isidório

Sessão Especial sobre os campos marginais de petróleo e gás natural, proposta pelo Deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino):- A Mesa Diretora pede que a gente encerre a sessão, porque haverá sessão ordinária às 14h. Mas vou conceder cinco minutos ao deputado Isidório, pois ele gostaria de usar a palavra. Depois, encerrarmos. Vou pedir ao deputado que seja cinco minutos mesmo, porque V.Ex^a é da Casa e sabe da determinação de encerrar a sessão antes das 14h.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Quero saudar a todos aqui da Mesa Diretora, companheiros e companheiras, porque todos somos iguais. Grande é Deus e a ninguém despreza. Tenho convicção que o maior patrimônio aqui neste momento é aquele que está sendo flagelado pelas drogas. E todos e todas presentes estão no mesmo caminho.

Poderia deixar de falar, mas não de agradecer a V.Ex^a, deputado Pellegrino. Não poderia deixar de saudar o orador que sai daqui dizendo que V.Ex^a está como um sacerdote de Deus para esta Nação Brasil e para o mundo inteiro. V.Ex^a fala aqui, não como um deputado, mas como alguém que conhece o sofrimento do que está acontecendo, não só no Brasil, como no mundo inteiro.

Sou pastor evangélico. Aqui há todos os tipos de religiosos. Estava ali junto do meu amigo padre, dizendo: “Ai, se não fosse o pastor, o padre, o espírita fazendo esse trabalho de recuperação social, independente de suas religiões!”

O Salmo 133 diz assim: “Oh! Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união.” Tenho convicção de que aqui há pastor, padre, médico, psiquiatra, psicólogo. Já vi que há quem seja favorável à descriminalização do uso da droga. Sei que, aqui, a maioria é contra. Então a diversidade existe.

Mas vejo falar também das interpretações da Bíblia. E, aí, trouxe o salmo que diz: “Oh! quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união.” CAPS, padre, pastor, o pessoal da macumba de raiz africana – vim de lá também –, o pessoal do candomblé, o



pessoal espírita, candomblezista de raiz africana, porque todos somos iguais, filhos de Deus e todos que estamos aqui estamos preocupados com uma única coisa, com aqueles que usam drogas e que é um direito usar.

Mas, lamentavelmente, por perder o controle, começa a ser flagelado e a flagelar as famílias. O problema é que alguém tem de se preocupar quando alguém perde o controle e, aí, age autoflagelando e flagelando a sociedade como um todo. São pais e mães sofridos.

Na interpretação, a Bíblia diz que: “Oh! Quão bom e quão suave é quem vive em união.” Mas vemos os primeiros filhos da Terra, como os filhos de Eva com Adão: Caim e Abel. Logo aí, um já matou o outro. Andando para adiante, percebemos Jesus, numa reunião com os apóstolos, quando ele tirou os discípulos a dedo. Já havia um demônio no meio. Já havia alguém lá planejando droga, querendo fazer coisa errada, querendo matar.

E aqui, nós somos o quê?

Estamos numa multidão grande e o que precisamos é darmos as mãos. O padre tem de continuar o trabalho dele lá com a sua fé, como ele quer. Se ele sabe que está dando certo e que alguém está saindo das drogas pela fé que ele prega, ótimo. Mas o padre precisa do apoio do Estado. Se lá, no CAPS, o comprimido, a seringa, a injeção ou sei lá o quê, está dando certo, enfia a injeção pra dentro, mete o comprimido nele e acaba. Está dando certo.

E lá, no pastor, a oração e o jejum estão dando certo. O pastor faz isso porque na Bíblia está escrito que casta de demônio só sai com jejum e oração. Então, que cada qual una-se e apoie uns aos outros.

O nosso ponto maior é cuidar das pessoas que não têm mais controle de si quando usam drogas para que Deus possa abençoar a todos, independentemente de religião, independentemente de sua ciência, e que Deus possa estar no controle de tudo para dar paz à Bahia e ao Brasil.

Muito obrigado a todos e parabéns por estarem aqui. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegrino):- Muito obrigado, deputado Sargento Isidório.

(Não foi revisto pelo orador.)

**DL-03****Ses. Esp. 30/08/11**

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegrino):- Quero agradecer à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia por ter disponibilizado este espaço, em especial ao deputado Marcelo Nilo e, na pessoa dele, a todos os deputados e deputadas desta Casa. A deputada Maria del Carmen franqueou o seu gabinete para dar o apoio para que realizássemos esta audiência pública. Agradecemos a presença do deputado Pastor Eurico. Bem-vindo à Bahia, ele que tem feito um trabalho brilhante; tem dado uma ajuda grande à nossa comissão; tem sido um dos braços direitos desta comissão.

Agradecemos, também, a presença do deputado Givaldo Carimbão que tem sido um grande lutador. Tenho certeza de que ele fará um grande relatório, a fim de nos ajudar, e muito, na elaboração de políticas públicas em nosso País. Agradecemos, também, a presença do deputado Reginaldo, que fez um grande esforço para estar aqui hoje, nosso presidente, pela sua fala que tem sido orientadora.

Agradecemos, também, a Celinha que tem sido uma lutadora aqui na Bahia; a Iordan, que tem sido um parceiro, um companheiro e, na figura dele, o secretário Jorge Solla; a Dr^a Denise Tourinho, que tem sido uma pessoa importante. Agradecemos a presença do secretário Almiro, que, hoje, tem uma missão internacional aqui, pois Denise e ele ficaram se dividindo para dar assistência ao padre José Carlos, nosso vice-presidente do nosso Conselho; ao Pastor Isidório; aos deputados que aqui compareceram; a todos que vieram a essa audiência pública, que tem como objetivo também não só debater, pegar contribuições, mas também dar notícias. Notícia de que hoje essa questão, pela dimensão que ela tomou, preocupa, e muito, o Congresso Nacional. E o Congresso não está omissa diante dessa questão. Estamos trabalhando, estamos interagindo com o Executivo, com o Ministério Público, com o Poder Judiciário. Estamos apresentando sugestões e, antes do relatório final, nós já temos conquistas. E o que está claro para nós é isso: precisamos estruturar a rede. Isso para nós está claro.



O relatório que eu proporei de sugestões para a Bahia deverá, nas contribuições do que está sendo elaborado pelo governo do Estado, a Dr^a. Denise não quis antecipar, mas é um desdobramento das ações operativas que nós fizemos, inclusive na época em que eu era secretário da Justiça, e que prevê a qualificação.

Tem metas previstas, deputado Givaldo, depois vamos apresentar, em relação à qualificação de diretores regionais da Educação, diretores e vice-diretores de escolas, de professores, para que quando eles fizerem a abordagem do tema, em uma situação, eles saibam como proceder, como abordar, como encaminhar o indivíduo com o problema.

Tem uma previsão de qualificação dos profissionais da Saúde: médicos, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, agentes de endemias, para que estes também quando estiverem diante da situação saibam como proceder e a quem encaminhar.

Também tem qualificação de profissionais da área da Segurança Pública, assim como a qualificação de lideranças comunitárias. Isso é muito importante, o debate correto sobre as drogas a fim de que essa abordagem seja feita corretamente.

Tem uma previsão da estruturação da rede, inclusive com casas de acolhimento para fazer triagem e encaminhamento, para que, diante da situação, a equipe multidisciplinar possa identificar para onde encaminhar corretamente, se para o CAPS, se para um hospital, se para uma comunidade terapêutica. Cada situação será identificada.

O relatório, como nós estamos pensando nacionalmente, ele entende que as comunidades terapêuticas são parceiras e aponta para a perspectiva, inclusive, de que a gente possa, não só, como disse o deputado Carimbão, exigir conteúdo terapêutico mínimo, exigir que haja uma equipe multidisciplinar, é preciso que o Estado faça o aporte de recursos nessas comunidades. Que o Estado possa subsidiá-las e colocá-las em rede e possa também fazer com que elas tenham um conteúdo terapêutico mínimo e um conteúdo terapêutico que seja uma contribuição da rede complementar.

Portanto, são sugestões que estamos acolhendo, vamos fazer o relatório, e queremos agradecer a presença de todos e de todas. Tenho a certeza de que a Bahia dará também a sua contribuição nesse esforço, não só de fazer a prevenção, de fazer a recuperação e fazer a reinserção do indivíduo, mas também entender corretamente a problemática das



drogas, tanto o uso delas como o abuso, e nós termos uma estratégia para um País que possa, diante desse problema, adotar estratégias corretas.

Muito obrigado a todos, está encerrada a audiência pública.